



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA FC GROUP HOLDING S.A.

celebrado entre

FC GROUP HOLDING S.A.,
como Emissora,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas,

e

**FCAMARA CONSULTORIA E FORMAÇÃO EM INFORMÁTICA LTDA.
FC HYPERAUTOMATION CONSULTORIA LTDA.
FC NEXTGEN CONSULTING LTDA.
NAÇÃO DIGITAL SOLUTIONS S.A.
SGA TECNOLOGIA INTELIGENTE S.A.
DOJO SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.
DISTRITO TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.
AVANTI DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS S.A. (em processo de transformação do tipo societário)
DFENSE SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
FÁBIO MAGALHÃES CAMERA CASTRO,**

como Fiadores

21 de agosto de 2025

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA FC GROUP HOLDING S.A.

São partes neste “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da FC Group Holding S.A.*” (“**Escritura de Emissão**”),

como emissora e ofertante das Debêntures (conforme definido abaixo):

(1) FC GROUP HOLDING S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), em fase operacional, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, nº 986, 3º andar, sala 2, Consolação, CEP 01415-906, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ**”) sob n.º 43.167.621/0001-77, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) sob o NIRE 35300575083 (“**Emissora**”), neste ato representada na forma do seu estatuto social;

como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“**Debenturistas**” e, individualmente, “**Debenturista**”):

(2) OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com domicílio na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 (“**Agente Fiduciário**”), neste ato representado na forma de seu estatuto social, e

como fiadores e principais pagadores, solidariamente com a Emissora:

(3) FCAMARA CONSULTORIA E FORMAÇÃO EM INFORMÁTICA LTDA., sociedade empresária limitada, em fase operacional, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, nº 986, 2º andar, salas 21 ao 24, Consolação, CEP 01415-906, inscrita no CNPJ sob n.º 03.775.758/0001-90, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) sob o NIRE 35221286569 (“**FCamara**”), neste ato representada na forma do seu contrato social;

(4) FC HYPERAUTOMATION CONSULTORIA LTDA., sociedade empresária limitada unipessoal, em fase operacional, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, nº 986, 2º andar, Consolação, sala 21 a 24, CEP 01415-906, inscrita no CNPJ sob o nº 53.708.554/0001-04, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35263047309 (“**FC Hyperautomation**”), neste ato representada na forma do seu contrato social;

(5) FC NEXTGEN CONSULTING LTDA., sociedade empresária limitada unipessoal, em fase operacional, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, nº 986, 2º andar, Consolação, conjunto 21 a 24, CEP 01415-000, inscrita no CNPJ sob o nº 54.453.762/0001-72, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35263499048 (“**FC NextGen**”), neste ato representada na forma do seu contrato social;

(6) NAÇÃO DIGITAL SOLUTIONS S.A., sociedade por ações, em fase operacional, com sede na cidade de Maringá, no estado do Paraná, na Avenida João Paulino Vieira Filho, nº 672, sala 101,

Zona 01, CEP 87020-015, inscrita no CNPJ sob o nº 15.341.754/0001-82, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná (“**JUCEPAR**”) sob o NIRE 41300317704 (“**Nação Digital**”), neste ato representada na forma do seu estatuto social;

(7) **SGA TECNOLOGIA INTELIGENTE S.A.**, sociedade por ações, em fase operacional, com sede na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, na Avenida Professor Mário Werneck, nº 434, sala 4, Bairro Estoril, CEP 30455-619, inscrita no CNPJ sob o nº 12.631.227/0001-14, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“**JUCEMG**”) sob o NIRE 31600916729 (“**SGA Tecnologia**”), neste ato representada na forma do seu estatuto social;

(8) **DOJO SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.**, sociedade por ações, em fase operacional, com sede na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, na Rodovia Admar Gonzaga, nº 440, sala 501, Itacorubi, CEP 88034-001, inscrita no CNPJ sob o nº 34.626.591/0001-29, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (“**JUCESC**”) sob o NIRE 42205971550 (“**Dojo Soluções**”), neste ato representada na forma do seu estatuto social;

(9) **DISTRITO TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações, em fase operacional, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 1.585, Cerqueira César, CEP 05401-250, inscrita no CNPJ sob o nº 27.961.641/0001-69, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35300555651 (“**Distrito**”), neste ato representada na forma do seu estatuto social;

(10) **AVANTI DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS S.A.**, sociedade em processo de transformação em sociedade por ações, em fase operacional, com sede na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, na Rodovia José Carlos Daux, nº 500, sala 201 a 209, Bloco 2, Bairro João Paulo, CEP 88030300, inscrita no CNPJ sob o nº 19.697.992/0001-86, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESC, com NIRE em constituição, dado o processo de Transformação Societária (conforme definido abaixo) (“**Avanti**”), neste ato representada na forma do seu contrato social;

(11) **DFENSE SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**, sociedade por ações, em fase operacional, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1550, conjunto 1505, Ed. Capital, Bairro Vila São Francisco, CEP 04711-195, inscrita no CNPJ sob o nº 29.559.799/0001-32, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35300669193 (“**Dfense**” e, em conjunto com a FCamara, a FC Hyperautomation, a FC NextGen, a Nação Digital, a SGA Tecnologia, a Dojo Soluções, a Distrito e a Avanti “**Fiadores Pessoas Jurídicas**”), neste ato representada na forma do seu contrato social;

(12) **FÁBIO MAGALHÃES CAMERA CASTRO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 097.022.586-5 (SSP/BA) e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“**CPF**”) sob o nº 962.585.607-25, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gabriele D'Annunzio, nº 1066, apartamento 152, Campo Belo, CEP 04619-004 (“**Fábio**” ou “**Fiador Pessoa Física**” e, em conjunto com os Fiadores Pessoas Jurídicas, “**Fiadores**”);

e, como cônjuge interveniente anuente,

(13) **GISELE DA SILVA BARALDI**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 23332390 (SSP/SP) e inscrita no CPF sob o nº 287.528.858-01, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gabriele D'Annunzio, nº 1066, apartamento 152, Campo Belo, CEP 04619-004 (“**Cônjuge**”);

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e os Fiadores doravante designados, em conjunto, como “**Partes**” e, individual e indistintamente, como “**Parte**”,

QUE RESOLVEM celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada com base em deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora em 07 de agosto de 2025 (“**Ato Societário Emissora**”), na qual foram deliberados e aprovados, dentre outros, **(i)** os termos e condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora (“**Debêntures**” e “**Emissão**”, respectivamente), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**”), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 160**”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta**”); **(ii)** a outorga da Alienação Fiduciária de Quotas da FCamara (conforme definido abaixo), bem como da Alienação Fiduciária de Ações Controladas (conforme definido abaixo) e o Penhor de Quotas da Beta-I Collaborative Innovation, LDA, sociedade por quotas, constituída sob as leis de Portugal, com sede na Praça Duque de Saldanha, nº 1, 2º andar, Edifício Atrium Saldanha, Arroios, 1050-094, Lisboa, Portugal, registrada sob o NIPC nº 514075228 (“**Beta-I**” e, em conjunto com os Fiadores, “**Garantidores**”, sendo a Beta-I, em conjunto com a FCamara, FC Hyperautomation, FC NextGen, Nação Digital, SGA Tecnologia, Dojo Soluções, Distrito, Avanti e Dfense, “**Garantidores Pessoas Jurídicas**”), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como os seus respectivos termos e condições; e **(iii)** a autorização à diretoria da Emissora ou seus procuradores para tomarem todas e quaisquer medidas necessárias e/ou convenientes à realização da Emissão e/ou da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo) e de seus respectivos aditamentos.

1.2. A celebração desta Escritura de Emissão, a outorga da Fiança (conforme definido abaixo), da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) e da Alienação Fiduciária de Quotas da FC Hyperautomation e da FC Nextgen, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como os seus respectivos termos e condições, serão realizadas com base nas deliberações da Reunião de Sócios da FCamara realizada em 06 de agosto de 2025 (“**Ato Societário FCamara**”).

1.3. A celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como os seus respectivos termos e condições, serão realizadas com base nas deliberações da Reunião de Sócios da FC Hyperautomation realizada em 06 de agosto de 2025 (“**Ato Societário FC Hyperautomation**”).

1.4. A celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como os seus respectivos termos e condições, serão realizadas com base nas deliberações da Reunião de Sócios da FC NextGen realizada em 06 de agosto de 2025 (“**Ato Societário FC NextGen**”).

1.5. A celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como os seus respectivos termos e condições, serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Nação Digital realizada em 13 de agosto de 2025 (“**Ato Societário Nação Digital**”).

1.6. A celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como os seus respectivos termos e condições, serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da SGA Tecnologia realizada em 06 de agosto de 2025 (“**Ato Societário SGA Tecnologia**”).

1.7. A celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como os seus respectivos termos e condições, serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Dojo Soluções realizada em 06 de agosto de 2025 (“**Ato Societário Dojo Soluções**”).

1.8. A celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como os seus respectivos termos e condições, serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Distrito e da Reunião do Conselho de Administração da Distrito, ambas realizadas em 20 de agosto de 2025 (em conjunto, “**Ato Societário Distrito**”).

1.9. A celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como os seus respectivos termos e condições, serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Avanti realizada em 12 de agosto de 2025 (“**Ato Societário Avanti**”).

1.10. A celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como os seus respectivos termos e condições, serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Dfense realizada em 11 de agosto de 2025 (“**Ato Societário Dfense**”).

1.11. A celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Garantia Corporativa em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como os seus respectivos termos e condições, serão realizadas com base nas deliberações da Deliberação Unânime por escrito da Beta-I a ser realizada (“**Ato Societário Beta-I**” e, em conjunto com o Ato Societário Emissora, o Ato Societário FCamara, o Ato Societário FC Hyperautomation, Ato Societário FC NextGen, o Ato Societário Nação Digital, o Ato Societário SGA Tecnologia, o Ato Societário Dojo, o Ato Societário Distrito, o Ato Societário Avanti e o Ato Societário Dfense, “**Atos Societários**”).

1.12. A Cônjuge expressamente concede outorga uxória, conforme estipulado pelo artigo 1.647 do Código Civil, à concessão da Fiança por Fábio, por meio da assinatura desta Escritura de Emissão, na qualidade de interveniente anuente.

1.13. Por meio dos Atos Societários, a diretoria e/ou a administração, conforme aplicável, da Emissora e dos Garantidores Pessoa Jurídica e/ou seus respectivos procuradores, também foram autorizadas a: **(i)** praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas nos Atos Societários, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão; e **(ii)** formalizar e efetivar a

contratação dos Coordenadores (conforme abaixo definido), do Agente Fiduciário e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como Escriturador (conforme abaixo definido), Agente de Liquidação (conforme abaixo definido), a B3 (conforme abaixo definido), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos.

2. REQUISITOS

2.1. A Emissão, a Oferta e a outorga da Fiança (conforme abaixo definido) serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

2.1.1. *Arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Os Atos Societários serão apresentados para arquivamento na junta comercial competente em até 3 (três) Dias Úteis contados de sua assinatura, sendo certo que (i) o arquivamento do Ato Societário Emissora deverá ocorrer previamente ao registro da Oferta pela CVM; e (ii) os arquivamentos dos Atos Societários dos Garantidores Pessoas Jurídicas deverão ocorrer previamente à integralização das Debêntures.

2.1.1.1. Adicionalmente, nos termos da Resolução CVM 160, conforme redação dada pela Resolução da CVM nº 226, de 6 de março de 2025 (“**Resolução CVM 226**”), e da Lei das Sociedades por Ações, o Ato Societário Emissora será enviado, pela própria Emissora, à CVM por meio do sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (“**Sistema ENET**”), no prazo de até 7 (sete) dias contados da sua assinatura.

2.1.1.2. No prazo de até 3 (três) Dias Úteis a contar do arquivamento pela JUCESP, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário uma cópia eletrônica (em formato.pdf) do Ato Societário Emissora, contendo a chancela digital de inscrição na JUCESP, bem como enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da divulgação, a comprovação da divulgação no Sistema ENET.

2.1.1.3. Os atos societários relacionados com a Emissão e/ou as Debêntures que eventualmente venham a ser praticados após a presente data também serão apresentados para arquivamento na JUCESP e divulgados no Sistema ENET, nos termos do artigo 89 da Resolução CVM 160, observados os prazos previstos nesta Cláusula 2.1.

2.1.2. *Divulgação desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos no Sistema ENET.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão enviados à CVM, pela Emissora, por meio do Sistema ENET, para fins do cumprimento do previsto na Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 160, conforme a redação dada pela Resolução CVM 226.

2.1.2.1. No prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da divulgação no Sistema ENET, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário o comprovante de envio desta Escritura de Emissão, bem como de seus eventuais aditamentos, conforme o caso, à CVM por meio do Sistema ENET.

2.1.3. *Registro desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos no Cartório de RTD.* Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em razão da Fiança, a presente Escritura de Emissão será

registrada, até a primeira Data de Integralização, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“**Cartório RTD**”). Os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão deverão ser protocolados no Cartório RTD, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de sua celebração e o respectivo registro deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu protocolo, exceto caso o Cartório RTD formule alguma exigência para o respectivo registro, hipótese em que, desde que a Emissora comprove ao Agente Fiduciário o atendimento tempestivo de referidas exigências, o prazo ficará automaticamente prorrogado por uma única vez. A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via eletrônica (em formato.pdf) devidamente registrada no Cartório RTD da Escritura de Emissão e de seus aditamentos no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados de seus respectivos registros no Cartório RTD.

2.1.4. Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica. As Debêntures serão depositadas para: **(i)** distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“**MDA**”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(ii)** negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“**CETIP21**”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

2.1.4.1. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.4 acima, em conformidade com o disposto no artigo 86, inciso V da Resolução CVM 160, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), e desde que observadas as obrigações previstas no artigo 89 da Resolução CVM 160 e as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Ainda, nos termos do artigo 88, da Resolução CVM 160, as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados de balcão organizado e não-organizado, mas não em bolsa, sem que a Emissora possua o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

2.1.5. Registro Automático na CVM. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos dos artigos 11 e 13 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada de tempos em tempos (“**Resolução CVM 30**” e “**Investidores Profissionais**”, respectivamente), estando a Oferta sujeita ao rito automático de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, sem análise prévia, nos termos dos artigos 25, §2º, 26, inciso X e artigo 27, inciso I, todos da Resolução CVM 160 e do artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis.

2.1.6. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. A Oferta deverá ser objeto de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“**ANBIMA**”), nos termos do artigo 19 do Capítulo XIV, do “**Código ANBIMA de Autorregulação para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários**”, em vigor na data de divulgação do Aviso ao Mercado (conforme definido abaixo) (“**Código ANBIMA**”) e

do artigo 15 do Capítulo VII das “Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas”, em vigor na data de divulgação do Aviso ao Mercado (“**Regras e Procedimentos**”), em até 7 (sete) dias contados da divulgação do anúncio de encerramento da Oferta à CVM, nos termos do artigo 76 da Resolução CVM 160 (“**Anúncio de Encerramento**”).

2.1.7. *Dispensa de Prospecto, Lâmina da Oferta e documento de aceitação da Oferta.* Tendo em vista o rito e o público-alvo adotado, conforme Cláusula 2.1.5 acima, (i) é dispensada a apresentação de prospecto, lâmina da Oferta, bem como da utilização de documento de aceitação da oferta, para sua realização, nos termos dos artigos 9º, inciso I e §3º, e 23, §1º, ambos da Resolução CVM 160; e (ii) devem ser observadas as restrições de negociação das Debêntures previstas na Resolução CVM 160 e na Cláusula 2.1.4.1 acima.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. De acordo com seu estatuto social vigente na presente data, a Emissora tem como objeto social a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os Recursos Líquidos (conforme definido abaixo) obtidos pela Emissora com a integralização das Debêntures serão utilizados integralmente para:

(i) o pagamento total das debêntures conversíveis em ações, em série única, com garantia real e garantia fidejussória adicional, para colocação privada da 1ª (primeira) emissão da Emissora (“**1ª Emissão de Debêntures**”) e a liquidação antecipada da Cédula de Crédito Bancário nº 467833 emitida pela Emissora em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch, em 06 de junho de 2025 (“**CCB Santander**”) e, em conjunto com a 1ª Emissão de Debêntures, (“**Dívidas Existentes**”); e

(ii) o pagamento de valores devidos e ainda não desembolsados pela Emissora e/ou a recomposição de caixa da Emissora referente aos custos desembolsados ou pagamento dos valores referentes à aquisição e/ou subscrição, para a aquisição, pela Emissora, (a) das ações nominativas e sem valor nominal de emissão da Distrito; (b) das quotas nominativas e sem valor nominal da **E-CAN 2 CONSULTORIA E SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.**, com sua sede estabelecida na Rua Barão do Flamengo, 22, Sala 701, CEP. 22220-900, bairro do Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 46.854.060/0001-72 (“**E-Can**”), sociedade incorporada pela Nação Digital; (c) das quotas nominativas e sem valor nominal da Beta-I; (d) das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Avanti; e (e) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Dfense (em conjunto, “**Aquisição**”).

4.1.1. Sem prejuízo do disposto nesta Escritura de Emissão, a utilização dos recursos líquidos captados pela Emissora para pagamento total da 1ª Emissão de Debêntures e da CCB Santander deverá ser realizada em até 2 (dois) Dias Úteis contados da primeira Data de Integralização.

4.1.2. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário declaração em papel timbrado e assinada por representante legal, atestando a destinação dos recursos da

presente Emissão, acompanhada do relatório de encerramento e/ou termo de quitação, conforme aplicável, das Dívidas Existentes e dos atos societários atualizados da Distrito, Beta-I, E-Can, Avanti e Dfense nos quais conste a Emissora como titular da participação societária objeto da Aquisição, em até 30 (trinta) dias corridos da data da efetiva destinação da totalidade dos recursos ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos e documentos adicionais que se façam necessários, incluindo mas não se limitando os comprovantes de transferência.

4.1.3. Para fins do disposto na Cláusula 4.1 acima, entende-se por “Recursos Líquidos” os recursos captados pela Emissora, por meio da integralização das Debêntures, excluídos os custos incorridos para pagamento de despesas decorrentes da Emissão.

5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

5.1. *Número da Emissão.* A Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

5.2. *Número de Séries.* A Emissão será realizada em série única.

5.3. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“**Valor Total da Emissão**”).

5.4. *Agente de Liquidação e Escriturador.* O agente de liquidação e escriturador da Emissão será a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 3.434, Condomínio Mário Henrique Simonsen, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91 (“**Agente de Liquidação**” e “**Escriturador**”, cujas definições incluem quaisquer outras instituições que venham a suceder o Agente de Liquidação na prestação dos serviços de agente de liquidação da Emissão e do Escriturador na prestação de serviços de escriturador das Debêntures).

5.5. *Colocação e Procedimento de Distribuição.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito automático de distribuição, nos termos do disposto na Resolução CVM 160, sob regime de garantia firme de colocação pelos Coordenadores, sendo um deles o coordenador líder da Oferta (“**Coordenador Líder**”), para o Valor Total da Emissão, nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da 2ª (Segunda) Emissão da FC Group Holding S.A.*”, celebrado entre a Emissora, o Coordenador Líder e as demais instituições intermediárias registradas na CVM, nos termos da regulamentação específica (em conjunto com o Coordenador Líder, “**Coordenadores**” e “**Contrato de Distribuição**”, respectivamente).

5.5.1. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

5.5.2. A Emissão e a Oferta não poderão ter o seu valor e/ou quantidade de Debêntures aumentados em nenhuma hipótese, não existindo, portanto, opção de

lote adicional e/ou lote suplementar de Debêntures, nos termos do parágrafo único do artigo 50 e do artigo 51, ambos da Resolução CVM 160.

5.5.3. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, independentemente da ordem cronológica.

5.5.4. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.5.5. Não haverá preferência ou prioridade para subscrição das Debêntures pelos atuais funcionários, acionistas diretos ou indiretos da Emissora, ou para quaisquer terceiros considerando potenciais relações de natureza comercial ou estratégica em relação à Emissora.

5.5.6. O plano de distribuição será organizado pelos Coordenadores e seguirá os procedimentos descritos no artigo 49 da Resolução CVM 160 e no Contrato de Distribuição, tendo como público-alvo exclusivamente Investidores Profissionais (“**Plano de Distribuição**”).

5.5.6.1. Caso seja verificada demanda superior a 210.000 (duzentas e dez mil) Debêntures, os Coordenadores darão prioridade aos Investidores Profissionais que, no entender dos Coordenadores, melhor atendam aos objetivos da Oferta, podendo levar em consideração relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, nos termos do artigo 49, parágrafo único, da Resolução CVM 160.

5.5.6.2. O Investidor Profissional que seja Pessoa Vinculada (conforme definido abaixo) indicará, obrigatoriamente, na sua ordem de investimento, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de cancelamento da sua ordem de investimento pelos Coordenadores. São consideradas “**Pessoas Vinculadas**” nos termos do artigo 2º, inciso XVI, da Resolução CVM 160, conforme alterada pela Resolução CVM n.º 173, de 29 de novembro de 2022: os controladores, diretos ou indiretos, ou administradores dos Coordenadores, da Emissora, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau, sociedades por eles controladas direta ou indiretamente e, quando atuando na emissão ou distribuição, as demais pessoas consideradas vinculadas na regulamentação da CVM que dispõe sobre normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados.

5.5.6.3. Caso haja excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures inicialmente ofertadas, a ser observado no volume total das manifestações de interesse dos Investidores Profissionais, não será permitida a colocação das Debêntures perante Investidores que sejam Pessoas Vinculadas, e as ordens de investimentos celebradas por Investidores Profissionais que sejam Pessoas Vinculadas serão automaticamente cancelados, nos termos do artigo 56 da Resolução CVM 160.

5.5.6.4. Nos termos do artigo 56, parágrafo 1º, da Resolução CVM 160, a vedação de colocação às Pessoas Vinculadas disposta na Cláusula 5.5.6.3 acima, não se aplica: (i) às instituições financeiras contratadas como formadores de mercado, caso aplicável; (ii) aos gestores de recursos e demais entidades ou indivíduos sujeitos a regulamentação que exija a aplicação mínima de recursos em fundos de investimento para fins da realização de investimentos por determinado tipo de investidor, exclusivamente até o montante necessário para que a respectiva regra de aplicação mínima de recursos seja observada; e (iii) aos casos em que, considerando o cancelamento previsto na Cláusula 5.5.6.3 acima, na ausência de colocação para as Pessoas Vinculadas, a demanda remanescente fique inferior à quantidade de Debêntures objeto da Oferta. Na hipótese do item (iii) acima, a colocação das Debêntures perante Pessoas Vinculadas será permitida, porém limitada ao necessário para perfazer a quantidade de Debêntures objeto da Oferta, desde que preservada a colocação integral das Debêntures demandadas por Investidores Profissionais que não sejam Pessoas Vinculadas.

5.5.7. Nos termos do artigo 59 da Resolução CVM 160, o período de distribuição, caracterizado pela possibilidade de efetiva liquidação da Oferta, somente pode ter início após observadas, cumulativamente, as seguintes condições: **(i)** obtenção do registro da Oferta perante a CVM; e **(ii)** divulgação do anúncio de início de distribuição, nos termos dos artigos 13 e 59 da Resolução CVM 160 ("**Anúncio de Início**"), bem como seu encaminhamento, pelo Coordenador Líder, à CVM e às entidades administradoras de mercado organizado no qual as Debêntures sejam admitidos à negociação ("**Período de Distribuição**"). O Período de Distribuição será de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 48 da Resolução CVM 160.

5.5.8. Nos termos do artigo 57 da Resolução CVM 160, a Oferta estará a mercado a partir da data em que o Aviso ao Mercado for divulgado, sendo que os Coordenadores deverão, simultaneamente, dar ampla divulgação à Oferta, utilizando os Meios de Divulgação (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, e que a Oferta deverá permanecer a mercado por pelo menos 3 (três) Dias Úteis, por se tratar de oferta submetida ao registro automático e destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, nos termos do parágrafo 3º do artigo 57 da Resolução CVM 160.

5.5.9. Nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, as divulgações das informações e Documentos da Emissão, conforme aplicável, devem ser feitas com destaque e sem restrições de acesso na página da rede mundial de computadores: **(i)** da Emissora; **(ii)** dos Coordenadores; **(iii)** da B3; e **(iv)** da CVM. Adicionalmente, a critério dos Coordenadores e da Emissora, a divulgação poderá ser feita em quaisquer outros meios que entenderem necessários para atender os fins da Oferta, observados os termos da Resolução CVM 160 ("**Meios de Divulgação**").

5.5.10. Para fins da Escritura de Emissão e da Oferta, são considerados "**Documentos da Emissão**" os seguintes documentos: **(i)** esta Escritura de Emissão; **(ii)** os Contratos de Garantias; **(iii)** o Anúncio de Início; **(iv)** o aviso ao mercado da Oferta, nos termos do parágrafo 1º do artigo 57 e do artigo 13, todos da Resolução

CVM 160 (“**Aviso ao Mercado**”); (v) o Anúncio de Encerramento; e (vi) quaisquer outros documentos contendo informações que possam influenciar na tomada de decisão relativa ao investimento.

5.6. Garantia Corporativa da Beta-I. A garantia fidejussória a ser outorgada em favor dos Debenturistas (“**Garantia Corporativa**”) será formalizada pela Beta-I pela celebração do “*Contrato de Penhor de Quota e Fiança*”, a ser celebrado entre a TMFPT – Serviços de Gestão e Administração de Sociedades, Lda., na qualidade de agente de garantias português designado pelo Agente de Garantias Local (“**Agente de Garantias Português**”), a Emissora e a Beta-I (“**Contrato de Penhor de Quotas e Fiança da Beta-I**”), nos termos da legislação portuguesa.

5.6.1. O valor da Garantia Corporativa da Beta-I será proporcional à participação societária detida pela Emissora em relação aos ativos da Beta-I (“**Valor da Garantia Corporativa Beta-I**”), e observado que o Valor da Garantia Corporativa Beta-I será, em qualquer caso, equivalente a, no mínimo, o valor proporcional à participação societária detida pela Emissora em relação aos ativos da Beta-I na data de assinatura desta Escritura de Emissão (“**Valor Mínimo Garantia Corporativa Beta-I**”).

5.6.2. Observado o Valor Mínimo Garantia Corporativa Beta-I, o Valor da Fiança Beta-I será atualizado semestralmente considerando o referido percentual de participação da Emissora atualizado em relação ao valor total de ativos da Beta-I. A título de exemplo, se o percentual atualizado de participação da Emissora em relação ao valor total de ativos da Beta-I for de 51% (cinquenta e um por cento), o Valor da Garantia Corporativa Beta-I estará limitado ao valor equivalente a 51% (cinquenta e um por cento) do valor total de ativos da Beta-I naquela data.

5.6.3. Para fins de apuração do Valor da Garantia Corporativa Beta-I, serão observados os procedimentos descritos na Cláusula 5.7.1.1 abaixo.

5.6.4. A TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. (“**Agente de Garantias Local**”) foi designada pelo Agente Fiduciário, no âmbito do “*Termo de Nomeação de Agente de Garantia*”, celebrado entre o Agente de Garantias Local e o Agente Fiduciário, com o propósito de agir em nome do Agente Fiduciário e dos Debenturistas com relação à Garantia Corporativa e ao Penhor de Quotas da Beta-I, com poderes para subcontratar o Agente de Garantias Português para (por conta, ordem e benefício dos Debenturistas) receber, deter, administrar, cumprir, exercer e executar tais garantias e todos e quaisquer direitos e recursos no âmbito da Garantia Corporativa e do Penhor de Quotas da Beta-I (“**Termo de Representação**”).

5.6.4.1. O Agente de Garantias Local subcontratou e designou o Agente de Garantias Português para fins de atuação na jurisdição portuguesa, de forma que o Agente de Garantias Português atuará conforme instruções do Agente de Garantias Local, sendo este instruído pelo Agente Fiduciário, após deliberações dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

5.6.5. As formalizações de registro nos termos da legislação portuguesa referentes ao Penhor de Quotas da Beta-I (conforme definido abaixo) e à Garantia Corporativa deverão ser concluídas pela Emissora e pela Beta-I em até 15 (quinze) dias contados da primeira Data de Integralização.

5.7. Garantia Fidejussória. Os Fiadores, neste ato, se obrigam, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e de forma solidária com a Emissora, observados os termos e condições previstos nesta Cláusula, responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), e dos artigos 130, 131, 794 e 924 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**"), em garantia do pagamento fiel, pontual e integral das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo) ("**Fiança**").

5.7.1. O valor da Fiança prestada pela Dojo, Nação Digital, SGA, Distrito, Avanti e Dfense será proporcional à participação societária detida pela Emissora em relação aos ativos de tais sociedades ("**Valor da Fiança Controladas**"), e observado que o Valor da Fiança Controladas será, em qualquer caso, equivalente a, no mínimo, o valor proporcional à participação societária detida pela Emissora em relação aos ativos de tais sociedades na data de assinatura desta Escritura ("**Valor Mínimo Fiança Controladas**"), sendo que, exclusivamente para a Fiança prestada pela Avanti, o respectivo Valor Mínimo Fiança poderá ser reduzido até o limite de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Avanti, em decorrência dos termos e condições estabelecidos com os acionistas da Avanti no momento de sua aquisição, em linha com o termo de fechamento da aquisição celebrado entre a Emissora e os acionistas da Avanti, em 30 de maio de 2023.

5.7.1.1. No caso de redução do Valor Mínimo Fiança da Avanti, conforme prevista na Cláusula 5.7.1 acima, a Emissora deverá comprovar o novo valor ao Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil contado da redução.

5.7.2. Observado o Valor Mínimo Fiança Controladas, o Valor da Fiança Controladas será atualizado semestralmente considerando o referido percentual de participação da Emissora em relação ao valor total de ativos de tais sociedades. A título de exemplo, se o percentual atualizado de participação da Emissora em relação ao valor total de ativos da respectiva sociedade for de 51% (cinquenta e um por cento), o respectivo Valor da Fiança Controladas estará limitado ao valor equivalente a 51% (cinquenta e um por cento) do valor total de ativos da sociedade naquela data.

5.7.2.1. Para fins de apuração do Valor da Fiança Beta-I e/ou do Valor da Fiança Controladas atualizado, a Emissora obriga-se a encaminhar ao Agente Fiduciário, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro enviado em 31 de março de 2026 e os demais na mesma data dos semestres subsequentes, relatório elaborado pela Emissora e revisado por auditor independente, acompanhado do respectivo parecer do auditor independente (dentre Deloitte, Ernst & Young, PwC e KPMG). Tal relatório deverá conter: (i) a memória de cálculo detalhada do total dos ativos da Beta-I e das sociedades mencionadas na Cláusula 5.7.1 acima; (ii) a descrição atualizada da participação societária da Emissora em tais sociedades; e (iii) o valor equivalente do Valor da Fiança Controladas atualizado.

5.7.2.2. A Fiança prestada por Fábio, FCamara, FC NextGen e FX Hyperautomation equivalerá ao valor total das Obrigações Garantidas.

5.7.3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificado descumprimento de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas, observado o Valor da Fiança Controladas, conforme aplicável, sendo certo que a inobservância dos prazos para execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito ou faculdade de execução da Fiança pelos Debenturistas.

5.7.4. O valor relativo às Obrigações Garantidas e/ou ao Valor da Fiança Controladas, conforme aplicável, será pago pelos Fiadores no prazo de 1 Dia Útil, contado a partir de comunicação por escrito, a ser enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores na mesma data em que for verificado a falta de pagamento de qualquer valor devido nos termos das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão, que inclui, mas não se limita, aos montantes devidos aos Debenturistas a título de amortização, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do âmbito da B3.

5.7.5. A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

5.7.6. Os Fiadores renunciam, neste ato até a integral quitação das Obrigações Garantidas, à sub-rogação nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança. Assim, na hipótese de excussão da Fiança, os Fiadores não terão qualquer direito de reaver da Emissora qualquer valor decorrente da excussão da Fiança até a integral e efetiva quitação das Obrigações Garantidas.

5.7.7. Os Fiadores, desde já concordam e se obrigam a, **(i)** somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tenham honrado nos termos aqui previstos, exceto na medida em que seja necessário para preservar os seus direitos contra prescrição e/ou decadência, mas desde que os efeitos de tal medida não impliquem em violação a qualquer disposição relativa ao disposto nesta Cláusula ou interfiram em qualquer direito dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário em relação ao recebimento de todos os valores devidos aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão; e **(ii)** caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor aos Debenturistas, fora do âmbito da B3.

5.8. Garantias Reais. Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais e/ou acessórias, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora, pelos Garantidores e pelos demais garantidores, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, Prêmio Mínimo, Prêmio *Equity Kicker* e, se aplicável, dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura de Emissão, da remuneração do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador e/ou do Banco Depositário (conforme definido abaixo), bem como de quaisquer gastos com honorários advocatícios dentro dos padrões praticados pelo mercado ou arbitrados judicialmente, indenizações, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais e medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário na defesa dos direitos dos Debenturistas, decorrentes de sentenças e/ou decisões desfavoráveis ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas e devido à eles em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e/ou de demais Documentos da Emissão (**“Obrigações Garantidas”**), as Debêntures contarão com as seguintes garantias (em conjunto, **“Garantias Reais”** e, em conjunto com a Fiança e com a Garantia Corporativa, **“Garantias”**):

(a) cessão fiduciária, pela FCamara, FC Hyperautomation, FC Nextgen e Dfense (em conjunto, **“Cedentes”**), de **(1)** todos e quaisquer direitos (incluindo receitas), presentes e/ou futuros, principais ou acessórios, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos direitos de crédito das Cedentes advindos de determinados contratos de prestação de serviços celebrados entre as Cedentes e clientes relevantes, bem como quaisquer aditamentos e/ou instrumentos que venham a complementá-los e/ou substituí-los (**“Recebíveis Contratos Cedidos”**, **“Contratos de Prestação de Serviço”** e **“Clientes Relevantes”**, respectivamente), conforme listados e identificados no *“Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”*, celebrado entre as Cedentes, o Agente Fiduciário e a Emissora (**“Contrato de Cessão Fiduciária”**) e observado o Montante Mínimo Contratos Cedidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) (**“Direitos Creditórios Contratos de Prestação de Serviço”**); **(2)** totalidade dos direitos, inclusive creditórios, das Cedentes em relação a determinadas contas correntes abertas junto ao Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), de titularidade das Cedentes e movimentadas, única e exclusivamente, pelo Banco Depositário conforme instruções do Agente Fiduciário (**“Contas Vinculadas”**), nos termos do *“Contrato de Depósito”* celebrado entre o Banco Depositário, as Cedentes e o Agente Fiduciário, na qual deverão ser depositados os recursos oriundos dos Recebíveis Contratos Cedidos e os demais recebíveis de titularidade das Cedentes oriundos de outros Contratos de Prestação de Serviços e que deverão transitar pelas respectivas Contas Vinculadas para fins de cumprimento do Montante Mínimo (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); e **(3)** a totalidade dos direitos creditórios decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) realizados com os recursos creditados e retidos nas Contas Vinculadas, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores a serem recebidos ou de qualquer outra forma a serem distribuídos às Cedentes, conforme aplicável,

ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária (sendo os itens (1) a (3), **“Cessão Fiduciária”**), nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, sendo certo que a celebração do referido contrato, bem como a realização prévia do registro perante os competentes cartórios de tal contrato deverá ocorrer previamente à primeira Data de Integralização;

(b) alienação fiduciária da totalidade das ações da Emissora (**“Alienação Fiduciária de Ações da Emissora”**) atualmente emitidas pela Emissora e/ou que venham a ser emitidas, sejam tais ações adquiridas por seus atuais acionistas ou por terceiros, nos termos do *“Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças Sob Condição Suspensiva”*, celebrado entre Fábio, Fabio Matias de Souza, Kleber Leal dos Santos, Orlando Miguel Borguese Ovigli, Arthur Lawrence Marques Xavier, Joel Backschat, Gabriella Maria Back Bebiano Montini, Marcos Paulo de Moura Moraes, Raul Darcy Rocha Pinto, Gabriel Cabral Paiva, Caio Conrado de Carvalho e Play Studio Holding Ltda., na qualidade de atuais acionistas da Emissora, o Agente Fiduciário e a Emissora (**“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Emissora”**), sendo certo que a celebração do referido contrato, bem como a realização prévia do registro perante os competentes cartórios de tal contrato deverá ocorrer previamente à primeira Data de Integralização;

(c) alienação fiduciária da totalidade das quotas da FCamara (**“Alienação Fiduciária de Quotas da FCamara”**) atualmente emitidas pela FCamara e/ou que venham a ser emitidas, sejam tais quotas adquiridas por seus atuais sócios ou por terceiros, nos termos do *“Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças Sob Condição Suspensiva”*, celebrado entre Fábio, a Emissora, Fabio Matias de Souza, Kleber Leal dos Santos, Orlando Miguel Borguese Ovigli, Arthur Lawrence Marques Xavier, Joel Backschat, Gabriella Maria Back Bebiano Montini, Marcos Paulo de Moura Moraes, Raul Darcy Rocha Pinto, Romulo Perini, Rodrigo Fonseca Burgers, Thiago Fonseca Burgers e Play Studio Holding Ltda., na qualidade de atuais sócios da FCamara, FCamara e o Agente Fiduciário (**“Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da FCamara”**), sendo certo que a celebração do referido contrato, bem como a realização prévia do registro perante os competentes cartórios de tal contrato deverá ocorrer previamente à primeira Data de Integralização;

(d) alienação fiduciária, pela Emissora, da totalidade das ações emitidas pela Distrito, SGA, Nação Digital, Dojo, Avanti e Dfense, de titularidade da Emissora (**“Alienação Fiduciária de Ações Controladas”**) nos termos do *“Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças”*, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, Distrito, SGA, Nação Digital, Dojo, Avanti e Dfense (**“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Controladas”**), sendo certo que a celebração do referido contrato, bem como a realização prévia do registro perante os competentes cartórios de tal contrato deverá ocorrer previamente à primeira Data de Integralização;

(e) alienação fiduciária, pela FCamara, da totalidade das quotas emitidas pela FC Hyperautomation e FC Nextgen (**“Alienação Fiduciária de Quotas Controladas”**) nos termos do *“Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças”*, celebrado entre a Emissora, a FCamara, o Agente Fiduciário, FC Hyperautomation e FC NextGen (**“Contrato de Alienação Fiduciária**

de Quotas Controladas”), sendo certo que a celebração do referido contrato, bem como a realização prévia do registro perante os competentes cartórios de tal contrato deverá ocorrer previamente à primeira Data de Integralização; e

(f) penhor, pela Emissora, da totalidade das quotas da Beta-I de titularidade da Emissora (“**Penhor de Quotas da Beta-I**”), nos termos do Contrato de Penhor de Quotas e Fiança da Beta-I (em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Emissora, o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da FCamara, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Controladas e o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas Controladas, “**Contratos de Garantia**”), sendo certo que a celebração do referido contrato deverá ocorrer previamente à primeira Data de Integralização.

5.9. A eficácia da (1) Alienação Fiduciária de Ações da Emissora e da Alienação Fiduciária de Quotas da FCamara está sujeita, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à liberação do ônus constituído no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, com garantia real e garantia fidejussória adicional, para colocação privada, da Emissora; e (2) Alienação Fiduciária sobre as Ações Alienadas Fiduciariamente Avanti (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Controladas) prevista no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Controladas está sujeita, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à Transformação Societária (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Controladas) da Avanti.

5.10. As Garantias terão caráter não excludente, mas, se e quando aplicável, cumulativo entre si, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, podendo o Agente Fiduciário, conforme aplicável, conforme orientações dos Debenturistas, executar ou excutir todas ou cada uma delas indiscriminadamente para os fins de amortizar ou quitar com as Obrigações Garantidas, não havendo qualquer ordem de preferência.

5.11. O Agente Fiduciário deverá verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, os devidos registros e averbações nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, e nos respectivos contratos sociais, “Livros de Registro de Ações Nominativas” e/ou sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração de ações, conforme o caso, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão e nos referidos Contratos de Garantia, e a comprovação do envio das notificações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária.

5.12. Tendo em vista que a Garantia Corporativa e o Penhor de Quotas Beta-I serão regidos em jurisdição que não a brasileira, fica desde já certo e ajustado que a subscrição, integralização e/ou aquisição das Debêntures importará na ciência e no consentimento por parte dos Debenturistas com relação à eventual necessidade de excussão da Garantia Corporativa e do Penhor de Quotas Beta-I exclusivamente perante os tribunais do país de origem.

5.13. A validade e exequibilidade da Garantia Corporativa e do Penhor de Quotas Beta-I, por ser em jurisdição estrangeira, poderá ser confirmada ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por meio de parecer jurídico emitido e entregue por escritório estrangeiro a ser contratado, pela Emissora, para referido fim, conforme o caso e necessidade.

5.14. Os Debenturistas estão cientes e de acordo que o procedimento de excussão da Garantia Corporativa e do Penhor de Quotas Beta-I, caso necessário, será conduzido pelo

Agente de Garantias Português, conforme instruído nos termos da Cláusula 5.6.4.1 acima, ficando a cargo do Agente Fiduciário o acompanhamento de referidos procedimentos e a representação dos Debenturistas.

5.15. A Emissora será responsável por todas as despesas com o registro dos Contratos de Garantia e do aditamento à presente Escritura de Emissão, conforme previsto nos respectivos instrumentos.

6. CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES

6.1. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 21 de agosto de 2025 (“**Data de Emissão**”).

6.2. *Data de Início da Rentabilidade.* Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira Data de Integralização.

6.3. *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

6.4. *Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, não serão conversíveis e não permutáveis em ações de emissão da Emissora.

6.5. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

6.6. *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo), de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), de Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo) com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de agosto de 2030 (“**Data de Vencimento**”).

6.7. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”).

6.8. *Quantidade.* Serão emitidas 210.000 (duzentas e dez mil) Debêntures.

6.9. *Preço de Subscrição e Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, na primeira Data de Integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário, e em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos da B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, na Data de Integralização, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures integralizadas em uma mesma data. O ágio ou deságio poderá ser aplicado, a

exclusivo critério dos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, na ocorrência de condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes exemplos: **(1)** alteração nas taxas de juros dos títulos do tesouro nacional; ou **(2)** alteração na Taxa DI (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 61, parágrafo 1º da Resolução CVM 160. Para os fins desta Escritura de Emissão, define-se **“Data de Integralização”** a data em que ocorrerá a integralização das Debêntures.

6.10. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

6.11. Remuneração das Debêntures. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios equivalentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *“over extra grupo”*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (**“Taxa DI”**), acrescida do *spread* (sobretaxa) de 6,00% (seis inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (**“Remuneração”**).

6.11.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário), desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração em questão, a Data de Vencimento, a data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo, a data em que ocorrer o efetivo resgate da totalidade das Debêntures decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, a data de um eventual Resgate Antecipado Obrigatório, a data de uma eventual Aquisição Facultativa ou a data de pagamento decorrente de um vencimento antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o que ocorrer primeiro.

6.11.2. A remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorJuros) - 1]$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração devida no final do Período de Capitalização, (conforme definido abaixo) calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ de\ Juros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

FatorDI = produtório da Taxa DI, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

nDI = número total de Taxa DI, considerada na atualização do ativo, sendo “nDI” um número inteiro;

k= números de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até “n”;

TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DIk = Taxa DI, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 6,0000;

DP = o número de Dias Úteis entre o último Período de Capitalização e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro;

Observações:

6.11.3. Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

6.11.4. Se os fatores estiverem acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

6.11.5. O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

6.11.6. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

6.11.7. Define-se como período de capitalização da Remuneração (“**Período de Capitalização**”), para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (exclusive), e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (inclusive) e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

6.11.8. Indisponibilidade da Taxa DI. Observado o disposto na Cláusula 6.12.2 abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível até o momento para cálculo da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI que seria aplicável.

6.11.8.1. Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis, ou caso ela seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para cálculo da Remuneração, a Taxa DI deverá ser substituída pelo seu substituto legal, ou, no caso de inexistir substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do final do prazo de 10 (dez) Dias Úteis acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, conforme previstos na Cláusula 11 abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis de Remuneração (“**Taxa Substitutiva**”). Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas (seja em decorrência da não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas ou da não aprovação em deliberação realizada na Assembleia Geral de Debenturistas), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior. As Debêntures adquiridas nos termos desta Cláusula serão canceladas pela Emissora. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que há ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

6.11.8.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de referida divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, desde o

dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

6.12. Data de Pagamento da Remuneração. Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate da totalidade das Debêntures decorrente do Resgate Antecipado Facultativo, de Resgate Antecipado Obrigatório, da Oferta de Resgate Antecipado ou da Aquisição Facultativa, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão, conforme cronograma de pagamento constante no **Anexo I** desta Escritura de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 21 de setembro de 2025, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 21 de cada mês de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma, uma “**Data de Pagamento da Remuneração**”):

6.12.1. Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento previsto nesta Escritura de Emissão.

6.13. Amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário. Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate da totalidade das Debêntures decorrente do Resgate Antecipado Facultativo, do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Oferta de Resgate Antecipado, ou da Aquisição Facultativa, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário, será amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas de acordo com as datas indicadas na 2ª coluna da tabela constante do **Anexo I** desta Escritura de Emissão (cada uma, uma “**Data de Amortização**”) e percentuais previstos na 3ª (terceira) coluna da referida tabela, sendo a primeira parcela devida em 21 de setembro de 2026, e as demais parcelas em cada Data de Amortização.

6.14. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos operacionais adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos operacionais adotados pelo Escriitorador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

6.15. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou qualquer dia que não houver expediente na B3. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por “**Dia(s) Útil(eis)**”: (a) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada no âmbito da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (b) com relação a qualquer obrigação pecuniária fora do âmbito da B3, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional, feriado estadual ou municipal na cidade da sede da Emissora.

6.16. Encargos Moratórios. Ocorrendo a impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora e/ou pelos Garantidores de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pelos Garantidores, devidamente acrescidos da Remuneração, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso,

notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial **(i)** multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e **(ii)** juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data da inadimplência (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive); ambos calculados sobre o montante devido e não pago (**“Encargos Moratórios”**).

6.17. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora e/ou pelos Garantidores, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora nos termos da Cláusula 6.19 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento, bem como aqueles até a próxima data de pagamento, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.18. Repactuação Programada. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

6.19. Publicidade. Todos os anúncios, avisos, atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.fcamara.com) e, caso exigido pela legislação e regulamentação aplicáveis, no Sistema ENET e no jornal no qual a Emissora realize as suas divulgações (**“Aviso aos Debenturistas”**), observadas as limitações impostas pela Resolução CVM 160 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e a B3 a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. No caso de alteração na legislação atual que venha a permitir outra forma de publicação dos atos societários e editais de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, os atos e decisões relativos às Debêntures passarão a ser publicados da mesma forma que os atos societários da Emissora, se assim permitido pela nova legislação. O Agente Fiduciário deve encaminhar à ANBIMA os seguintes documentos: **(i)** os editais de convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas na mesma data da sua divulgação ao mercado daquelas assembleias que tiver convocado e os demais na mesma data do seu conhecimento, **(ii)** as atas das assembleias de emissões em que atue como agente fiduciário, na mesma data de envio à B3.

6.20. Imunidade Tributária dos Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

6.21. Classificação de Risco. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da oferta para atribuir *rating* às Debêntures.

6.22. Desmembramento. Não será admitido desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

6.23. Prêmios Adicionais

6.23.1. Prêmio Mínimo. Será devido, pela Emissora, um prêmio mínimo equivalente a 1% (um inteiro por cento) ao ano ("**Prêmio Mínimo**"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a Data de Pagamento do Prêmio Mínimo em questão ("**Saldo Devedor**") das Debêntures em cada data de pagamento do Prêmio Mínimo, conforme descritas na tabela abaixo (cada uma, uma "**Data de Pagamento do Prêmio Mínimo**"):

Parcela	Data de Pagamento do Prêmio Mínimo
1ª	21 de fevereiro de 2026
2ª	21 de fevereiro de 2027
3ª	21 de fevereiro de 2028
4ª	21 de fevereiro de 2029
5ª	21 de fevereiro de 2030

6.23.2. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo, de Resgate Antecipado Obrigatório, de resgate decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo), a Emissora deverá realizar o pagamento do Prêmio Mínimo proporcionalmente ao período percorrido entre a última Data de Pagamento do Prêmio Mínimo e a data do efetivo resgate antecipado das Debêntures decorrente das hipóteses previstas nesta cláusula.

6.23.3. Prêmio Equity Kicker. Sem prejuízo dos demais pagamentos devidos pela Emissora no âmbito da Emissão, será devido, pela Emissora, observada a Cláusula 6.23.5 abaixo, e em substituição ao Prêmio Mínimo caso o resultado seja maior do que o do Prêmio Mínimo, um prêmio calculado da seguinte forma: maior entre (i) Prêmio Mínimo e (ii) 0,8% do resultado (a) do produtório de 8x a diferença entre (b.1) o EBITDA (conforme definido abaixo), reportado do exercício da Data de Vencimento ou o EBITDA-E (conforme definido abaixo) do exercício em que venha a ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, ou o resgate decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Aquisição Facultativa; e (b.2) o EBITDA 24A (conforme definido abaixo), (c) deduzido da Dívida Líquida (conforme definido abaixo) da Emissora no período ("**Prêmio Equity Kicker**"). Para fins de esclarecimento, o cálculo do item (ii) seguirá a fórmula abaixo:

$$\text{Prêmio Equity Kicker} = 0,8\% \times \{[8x(b.1) - (cE)] - [8x(b.2) - (cA)]\}$$

Sendo:

cA: a Dívida Líquida referente ao exercício social encerrando em 2024; e

cE: a Dívida Líquida a ser apurada na data do efetivo resgate.

Para fins de esclarecimento, o cálculo do Prêmio *Equity Kicker* será realizado conforme exemplo detalhado no **Anexo II**.

6.23.4. Caso ocorra um Evento de Liquidez *Kicker* antes da divulgação dos resultados da Emissora referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de

dezembro de 2029, o Prêmio *Equity Kicker* será equivalente ao maior entre (i) o Prêmio Mínimo e (ii) 0,8% da diferença entre (a) o *equity value* implícito no Evento de Liquidez *Kicker* (com piso de 8x o EBITDA-E a ser apurado na data em que o Evento de Liquidez *Kicker* vier a ocorrer para fins de cálculo do *enterprise value* mínimo) e (b) o produtório de 8x o EBITDA 24A, deduzido da Dívida Líquida referente ao exercício social encerrado em 2024. Para fins de esclarecimento, o cálculo do Prêmio *Equity Kicker* será realizado conforme exemplo detalhado no **Anexo II**. Para fins de esclarecimento, o cálculo do item (ii) acima seguirá a fórmula abaixo:

$$\text{Prêmio Equity Kicker} = 0,8\% \times [(a) - (b)]$$

6.23.5. Caso o valor apurado de Prêmio *Equity Kicker* resulte em valor superior ao valor agregado pago a título de Prêmio Mínimo até a data de apuração do Prêmio *Equity Kicker*, a diferença positiva deverá ser paga em até 30 (trinta) dias contados da divulgação das demonstrações financeiras auditadas da Emissora relativas ao exercício social em questão para o caso previsto na Cláusula 6.23.4 acima.

6.23.6. O pagamento do Prêmio *Equity Kicker* será (i) devido independente de eventual Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, ou o resgate decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Aquisição Facultativa; e (ii) caso ocorra o resgate decorrente de tais hipóteses, será pago na data de realização do Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, ou do resgate decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Aquisição Facultativa.

Para fins desta Escritura de Emissão:

“**EBITDA-E**” significa, em caso de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, ou de resgate decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Aquisição Facultativa, se tais eventos ocorrerem: (i) durante o período compreendido entre janeiro e junho, será utilizado o EBITDA reportado e auditado referente ao último exercício social completo (*full year*); ou (ii) durante o período compreendido entre julho e dezembro, será utilizado o EBITDA LTM (*Last Twelve Months*) da posição de junho (junho do ano anterior até junho do exercício social corrente) do período vigente no momento do Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, ou do resgate decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Aquisição Facultativa. Para que não restem dúvidas, na hipótese do item (ii), o cálculo do EBITDA LTM será *pro forma*, sendo que, nessa hipótese, tal cálculo deverá ser validado por auditor independente, a ser contratado pela Emissora, e enviado ao Agente Fiduciário.

“**EBITDA 24A**” significa R\$ 46.009.000,00 (quarenta e seis milhões setecentos e nove mil reais).

“**Evento de Liquidez Kicker**” significa (i) qualquer *private placement* relacionado à venda de participação acionária ou aumento de capital superior a 40% (quarenta por cento) da participação societária atual dos atuais acionistas e/ou sócios, conforme aplicável, da Emissora e/ou da FCamara, independente de alteração significativa na estrutura da administração das referidas sociedades (assim entendidos como diretoria e conselho de administração, conforme aplicável); ou (ii) oferta pública de ações da Emissora e/ou da FCamara.

7. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OBRIGATÓRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

7.1. Resgate Antecipado Facultativo. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“**Resgate Antecipado Facultativo**”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emissora será equivalente **(i)** ao Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido **(ii)** da Remuneração devida e ainda não paga, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso), acrescido **(iii)** de encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e **(iv)** de prêmio *flat* equivalente aos percentuais indicados na tabela abaixo, pelo prazo médio remanescente, incidente sobre o resultado da soma dos valores previstos nos itens “(i)” e “(ii)” acima (“**Prêmio de Resgate Antecipado**”). O Prêmio de Resgate Antecipado será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio do Resgate Antecipado} = \text{Prêmio} \times \text{Prazo Médio Remanescente} \times \text{PuDebênture}$$

onde:

Prêmio = percentual aplicável, conforme a tabela abaixo:

Período	Prêmio de Resgate Antecipado
A partir da Data de Emissão até 21 de agosto de 2026	0,58%
A partir de 22 de agosto de 2026 até o 21 de março de 2028	0,55%
A partir de 22 de março de 2028 até o 21 de dezembro de 2028	0,51%
A partir de 22 de dezembro de 2028 até o 21 de setembro de 2029	0,41%
A partir de 22 de setembro de 2029 até a Data de Vencimento	0,33%

Prazo Médio Remanescente = na data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, o prazo médio remanescente de amortização das Debêntures expresso em anos, com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento, e calculado conforme abaixo:

$$\text{Prazo Médio Remanescente} = \frac{\sum_{k=1}^n (Dk \times Ak)}{\sum_{k=1}^n Ak} \div 252$$

onde, “*Dk*” significa o número de Dias Úteis existentes entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (inclusive) e cada data de amortização remanescente (exclusive); “*Ak*” significa o valor nominal de cada amortização remanescente; e “*n*” significa o número total de amortizações futuras.

PuDebênture = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (exclusive).

7.1.1. Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo coincida com uma Data de Pagamento de Remuneração e/ou uma Data de Amortização, o Prêmio do Resgate Antecipado, se aplicável, deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após o referido pagamento.

7.1.2. Observado o disposto na Cláusula 7.1 acima, o Resgate Antecipado Facultativo somente será realizado mediante o envio de comunicação individual a todos os Debenturistas ou de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 6.19 acima, em ambos os casos, com cópia para o Agente Fiduciário e a B3, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo (“**Comunicação de Resgate**”), sendo que na referida comunicação deverá constar: **(a)** a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo, que deverá ser um Dia Útil; **(b)** a menção dos componentes do valor de pagamento do Resgate Antecipado Facultativo, conforme previstos na Cláusula 7.1 acima; e **(c)** quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

7.1.3. O Resgate Antecipado Facultativo para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, o Resgate Antecipado Facultativo será realizado por meio do Escriturador. A B3 deverá ser comunicada com até 3 (três) Dias Úteis de antecedência da realização do Resgate Antecipado Facultativo.

7.1.4. As Debêntures objetos do Resgate Antecipado Facultativo deverão ser obrigatoriamente canceladas, observada a regulamentação em vigor.

7.1.5. Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.

7.2. **Amortização Extraordinária Facultativa.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures (“**Amortização Extraordinária Facultativa**”). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente à **(i)** parcela do Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido **(ii)** da Remuneração devida e ainda não paga, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido **(iii)** de encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa; e **(iv)** de prêmio *flat* equivalente aos percentuais indicados na tabela abaixo, pelo prazo médio remanescente, incidente sobre o resultado da soma dos valores previstos nos itens “(i)” e “(ii)” acima (“**Prêmio de Amortização Extraordinária**”). O Prêmio de Amortização Extraordinária será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Prêmio de Amortização Extraordinária = Prêmio x (Prazo Médio Remanescente) x PuDebênture

onde:

Prêmio = percentual aplicável, conforme a tabela abaixo:

Período	Prêmio de Amortização Extraordinária
A partir da Data de Emissão até 21 de agosto de 2026	0,58%
A partir de 22 de agosto de 2026 até o 21 de março de 2028	0,55%
A partir de 22 de março de 2028 até o 21 de dezembro de 2028	0,51%
A partir de 22 de dezembro de 2028 até o 21 de setembro de 2029	0,41%
A partir de 22 de setembro de 2029 até a Data de Vencimento	0,33%

Prazo Médio Remanescente = na data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, o prazo médio remanescente de amortização das Debêntures expresso em anos, com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento, e calculado conforme abaixo:

$$\text{Prazo Médio Remanescente} = \frac{\sum_{k=1}^n (Dk \times Ak)}{\sum_{k=1}^n Ak} \div 252$$

onde, “Dk” significa o número de Dias Úteis existentes entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa (inclusive) e cada data de amortização remanescente (exclusive); “Ak” significa o valor nominal de cada amortização remanescente; e “n” significa o número total de amortizações futuras.

PuDebênture = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa (exclusive).

7.2.1. O valor remanescente da Remuneração continuará a ser capitalizado e deverá ser pago na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente.

7.2.2. Caso a data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa coincida com uma Data de Pagamento de Remuneração e/ou uma Data de Amortização, o Prêmio de Amortização Extraordinária, se aplicável, deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário considerado na data da Comunicação de Amortização Extraordinária (conforme definido abaixo).

7.2.3. A Amortização Extraordinária Facultativa somente será realizada mediante envio de comunicação individual aos Debenturistas, ou publicação de anúncio, nos

termos da Cláusula 4.19 acima, em ambos os casos com cópia para o agente fiduciário, a B3 e a ANBIMA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar a efetiva Amortização Extraordinária Facultativa (“**Comunicação de Amortização Extraordinária**”), sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data da Amortização Extraordinária Facultativa; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento será a parcela do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) de Remuneração, calculada conforme prevista na Cláusula 5.2.1, (ii) do Prêmio de Amortização Extraordinária; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

7.2.4. A Amortização Extraordinária Facultativa para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados por essa instituição. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, a Amortização Extraordinária Facultativa será realizada por meio do Agente de Liquidação.

7.2.5. As Debêntures amortizadas pela Emissora conforme previsto nesta cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

7.2.6. A realização da Amortização Extraordinária Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso.

7.3. Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“**Oferta de Resgate Antecipado**”).

7.3.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de comunicação individual a todos os Debenturistas ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 6.19 acima (“**Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado**”), em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário e à B3, com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: **(a)** forma de manifestação, à Emissora, pelo Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado; **(b)** a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, que deverá ser um Dia Útil; **(c)** se a efetiva implementação da Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à adesão de uma quantidade mínima de Debêntures, indicando o respectivo percentual e/ou quantidade mínimos; **(d)** o valor do prêmio de resgate, caso existente, que não poderá ser negativo; e **(e)** demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.

7.3.2. Após a publicação ou envio da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que comunicar diretamente a Emissora no prazo disposto na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sem prejuízo de a Emissora, a seu exclusivo critério, condicionar a efetiva implementação da Oferta de Resgate Antecipado a adesão de uma quantidade mínima de Debêntures, condição que

deverá ser informada na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que serão resgatadas a totalidade das Debêntures dos Debenturistas que aderirem formalmente à Oferta de Resgate Antecipado, ainda que tal número seja superior ao percentual mínimo ou quantidade mínima, conforme o caso, estabelecido pela Emissora na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, e observado que todas as Debêntures serão resgatadas em uma única data.

7.3.3. Nos termos da Cláusula 7.3.2 acima, a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado.

7.3.4. O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures a serem resgatadas, acrescido **(a)** da Remuneração devida e ainda não paga, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, e **(b)** se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

7.3.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.

7.3.6. O resgate antecipado proveniente da Oferta de Resgate Antecipado para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos de liquidação adotados por ela. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado por meio do Escriturador.

7.3.7. A B3, a ANBIMA, o Agente de Liquidação e o Escriturador deverão ser notificadas pela Emissora sobre a realização de resgate antecipado proveniente da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da efetiva data de sua realização, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário.

7.4. **Resgate Antecipado Obrigatório.** Não obstante as demais hipóteses de resgate das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora deverá realizar o resgate obrigatório da totalidade das Debêntures caso (i) seja celebrado um contrato vinculante de um Evento de Liquidez Resgate Obrigatório (conforme definido abaixo); ou (ii) a Emissora receba recursos decorrentes de qualquer Venda de Ativos (conforme definido abaixo) suficientes para quitar integralmente o saldo devedor das Debêntures, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da referida celebração e/ou recebimento, conforme aplicável (“**Resgate Antecipado Obrigatório**”).

7.4.1. Para fins desta Escritura de Emissão, considera-se um “**Evento de Liquidez Resgate Obrigatório**” a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (i) qualquer *private placement* relacionado à venda de participação acionária ou aumento de capital superior a 40% (quarenta por cento) da participação societária atual dos atuais acionistas e/ou sócios, conforme aplicável da Emissora e/ou da FCamara e/ou qualquer evento de liquidez que gere alteração significativa na estrutura administrativa (assim entendidos como a saída de Fábio Camera e/ou de Arthur Lawrence Marques Xavier (inscrito no CPF sob o nº 059.706.309-50) da

diretoria e/ou do conselho de administração da Emissora e/ou da FCamara, conforme aplicável) da Emissora e/ou da FCamara, seja pela venda de participação do respectivo capital social ou aumento de capital pela subscrição de novas ações e/ou quotas, conforme aplicável.

7.4.2. A Emissora deverá comunicar a realização do Resgate Antecipado Obrigatório, ao Agente Fiduciário, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data do Resgate Antecipado Obrigatório.

7.4.3. As comunicações de que trata a Cláusula 7.4.2 acima deverão conter: **(a)** a data para o pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório, que deverá ser um Dia Útil; e **(b)** o valor do Resgate Antecipado Obrigatório, que deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido: **(i)** da Remuneração devida e ainda não paga, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da respectiva Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; **(ii)** do Prêmio de Resgate Antecipado, calculado nos termos da Cláusula 7.1 acima; e **(iii)** de encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório.

7.4.4. O pagamento das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Obrigatório será feito pela Emissora: **(i)** por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou **(ii)** mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Agente de Liquidação e pelo Escriturador, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.4.5. Em caso de Resgate Antecipado Obrigatório, as Debêntures deverão ser canceladas.

7.5. Amortização Extraordinária Obrigatória. Não obstante as demais hipóteses de amortização extraordinária das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora deverá realizar a amortização extraordinária obrigatória das Debêntures, estando, em qualquer hipótese, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário, caso receba recursos decorrentes de Venda de Ativos que não sejam suficientes para a realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total, nos termos da Cláusula 7.4 acima, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da referida Venda de Ativos ("**Amortização Extraordinária Obrigatória**").

7.5.1. A Emissora deverá comunicar a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória ao Agente Fiduciário, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data da Amortização Extraordinária Obrigatória.

7.5.2. As comunicações de que trata a Cláusula 7.5.1 acima deverão conter: **(a)** a data para o pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória, que deverá ser um Dia Útil; e **(b)** o valor da Amortização Extraordinária Obrigatória, que deverá corresponder a determinada parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures a serem amortizadas, acrescida: **(i)** da Remuneração devida e ainda não paga, calculada *pro rata temporis*, desde a

primeira Data de Integralização ou da respectiva Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; (ii) do Prêmio de Amortização Extraordinária, calculado nos termos da Cláusula 7.2 acima; e (iii) de encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Obrigatória.

7.5.3. O pagamento das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Obrigatória será feito pela Emissora: (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Agente de Liquidação e pelo Escriturador, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.6. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("**Aquisição Facultativa**"). As Debêntures que venham a ser adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, observadas as restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

8. VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. As Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão ou poderão ser consideradas antecipadamente vencidas, conforme o caso, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização, ou a última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento sem prejuízo, acrescido, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos de quaisquer dos Documentos da Emissão ("**Montante Devido Antecipadamente**"), na ocorrência das hipóteses descritas nas Cláusulas 8.1.1 abaixo e 8.1.2 abaixo, observados os respectivos prazos de cura, se houver ("**Eventos de Vencimento Antecipado**").

8.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nesta Cláusula 8.1.1 acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação à Emissora ou consulta aos Debenturistas ("**Eventos de Vencimento Antecipado Automático**"):

- (i) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou dos Garantidores estabelecida nesta Escritura de Emissão, ou de qualquer outra obrigação pecuniária das respectivas partes alienantes ou cedentes, conforme o caso, nos Contratos de Garantia, desde que não sanadas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis do respectivo descumprimento da obrigação pecuniária;

- (ii) alteração no controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora e/ou da FCamara (observadas as exceções previstas para a FCamara no item (iii) abaixo), seja por meio da aquisição de um número de ações representativo do controle da Emissora e/ou dos Garantidores, conforme aplicável, ou por meio da formalização de acordo de acionista ou acordo de voto;
- (iii) cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Emissora;
- (iv) observado o item (iii) acima, qualquer forma de reestruturação ou reorganização societária da Emissora e/ou de suas controladas diretas ou indiretas, exceto (i) no caso de suas controladas diretas ou indiretas, se mantido o controle direto e/ou indireto pela Emissora e desde que realizada dentro do Grupo Econômico da Emissora ou no caso de incorporação da controlada pela Emissora; (ii) pela troca de controle da Emissora dos atuais acionistas para sociedades controladas exclusivamente por cada um dos atuais acionistas (“**Sociedades Acionistas**”) e, posteriormente, das Sociedades Acionistas para a FCamara UK Limited (“**Holding UK**”), desde que (ii.1) as operações necessárias ocorram exclusivamente entre os atuais acionistas da Emissora e a Holding UK e que as Sociedades Acionistas figurem como únicas acionistas da Holding UK (“**Reorganização Societária da Emissora**”); e (ii.2) a Holding UK outorgue garantia fidejussória no âmbito desta Escritura de Emissão em até 10 (dez) Dias Úteis contados da conclusão da Reorganização Societária da Emissora, em garantia do valor total das Obrigações Garantidas; e/ou (iii) caso tais reorganizações resultem na criação de novas sociedades e/ou na assunção de ativos da Emissora e/ou das controladas diretas ou indiretas por outras sociedades, desde que referidas sociedades outorguem fiança aos Debenturistas e passem a integrar o conceito de Garantidores em até 10 (dez) Dias Úteis, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (v) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) redução do capital social da Emissora e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas, exceto se aprovado previamente pelos Debenturistas;
- (vii) declaração e/ou distribuição, pela Emissora e/ou pela FCamara, de quaisquer recursos aos seus acionistas, diretos ou indiretos, sob a forma de (a) dividendos, (b) juros sobre capital próprio, (c) resgate de reservas de capital, (d) pagamento de juros e/ou amortização de dívidas subordinadas e/ou mútuos, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuros aumentos de capital (“**AFACs**”) ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, (e) realização de resgate ou recompra de ações, (f) realização, pela Emissora, pela FCamara e/ou por qualquer uma de suas controladas direta ou indireta, na qualidade de mutuante, de mútuos, empréstimos, AFACs ou operações de qualquer natureza similar envolvendo os seus acionistas ou sócios (conforme aplicável) ou (g) qualquer outra forma de pagamento a seus acionistas (qualquer uma das

hipóteses listadas acima, uma “**Distribuição aos Acionistas**”), caso a Emissora e os Garantidores estejam inadimplentes com as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo com os índices financeiros previstos no item (xxi) da Cláusula 8.1.2 abaixo (“**Índices Financeiros**”), nos Contratos de Garantia e/ou em qualquer Documento da Emissão e caso tais Distribuições aos Acionistas excedam, de forma individual ou agregada, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada período, exceto por **(1)** por Distribuição aos Acionistas realizada pela FCamara à Emissora; **(2)** por Distribuição aos Acionistas permitida e/ou determinada nos termos da Política de Remuneração (conforme definido abaixo) e/ou da Política de Bonificação (conforme definido abaixo), desde que a distribuição seja comprovada em até 2 (dois) Dias Úteis contados da referida distribuição ao Agente Fiduciário por memória de cálculo elaborada pela Emissora e acompanhada dos documentos comprobatórios aplicáveis, limitada ao valor, individual ou agregado, de (2.i) exclusivamente para o exercício social de 2025, R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), devendo ser comprovado ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da referida distribuição, e (2.ii) a partir do exercício social de 2026, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por ano, reajustado pela correção pelo IPCA (“**Limite de Distribuição para Remuneração e Bonificação**”), sendo certo que quaisquer valores distribuídos que ultrapassem o Limite de Distribuição para Remuneração e Bonificação aplicável serão considerados na composição do EBITDA para fins dos Índices Financeiros e quaisquer pagamentos referentes à Política de Bonificação feitos a partir do exercício social de 2026 só poderão ser realizados se a Emissora e os Garantidores estiverem adimplentes com as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e/ou em qualquer Documento da Emissão (“**Distribuição Permitida**”). O Agente Fiduciário não analisará a Política de Remuneração (conforme definido abaixo) e/ou a Política de Bonificação (conforme definido abaixo) para fins de comprovação do Limite de Distribuição para Remuneração e Bonificação, sendo a comprovação realizada mediante o recebimento da memória de cálculo de distribuição, os devidos comprovantes de transferência e demais documentos necessários, a serem encaminhados pela Emissora;

(viii) alteração da política de dividendos ou distribuição de lucros da Emissora e da FCamara, adotada na presente data (“**Política de Bonificação da FCamara**”);

(ix) alteração da política ou prática geral de remuneração de executivos e administradores da Emissora e/ou da FCamara e/ou de qualquer outra controlada direta ou indireta da Emissora (desde que, exclusivamente no caso das controladas diretas ou indiretas da Emissora, tais sociedades possuam, entre seus executivos, acionistas e/ou sócios da Emissora e/ou da FCamara), conforme prevista no **Anexo III**, observados os limites e reajustes previstos no item “(vii)” acima (“**Política de Remuneração**”), incluindo, mas não se limitando a alteração na definição de quaisquer benefícios, bônus, plano de opção de compra de ações ou quotas, conforme o caso, e qualquer outro componente de remuneração e participação nos

resultados da Emissora e/ou de qualquer outra controlada direta ou indireta da Emissora a executivos que sejam acionistas e/ou sócios da Emissora e/ou de qualquer outra controlada direta ou indireta da Emissora, conforme aplicável, exceto: (i) alteração na definição da Participação nos Lucros e Resultados (“**PLR**”), ajustado anualmente, conforme acordos coletivos ou convenções coletivas de trabalhos (observado que, nesta hipótese, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário referido acordo ou convenção em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua celebração); (ii) em relação à definição, pela Emissora, de novos planos de incentivo de longo prazo baseado em ações ou quotas, conforme o caso, e/ou opção de compra de ações ou quotas, conforme o caso, de emissão da Emissora e/ou de qualquer outra controlada direta ou indireta da Emissora, destinado a executivos da Emissora e/ou de qualquer outra controlada direta ou indireta da Emissora, sendo que as ações ou quotas, conforme o caso, então emitidas no âmbito de tais planos estarão sujeitas à outorga de alienação fiduciária de ações ou quotas, conforme o caso, em favor dos Debenturistas no âmbito dos Contratos de Garantia e do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas Targets, quando celebrado;

(x) realização de investimentos, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, por meio da aquisição de participações societárias e/ou subscrição de valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas de emissões de terceiros, sem a prévia e expressa anuência da totalidade dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se, cumulativamente, (1) a companhia adquirida atender aos seguintes requisitos cumulativos: (i) a margem EBITDA da companhia adquirida for maior do que 10% (dez por cento), apurada com base nas últimas demonstrações financeiras disponíveis à época do investimento pela Emissora e/ou pelos Garantidores; (ii) a Emissora ou qualquer uma de suas controladas manter o controle da companhia adquirida; e (iii) a relação entre o investimento primário (cash-in) e o investimento secundário (cash-out) realizado em cada operação deve ser maior que 1 (i.e., o valor de eventual investimento secundário realizado na companhia adquirida não poderá ser superior ao investimento primário); (2) a Dívida Líquida/EBITDA da Emissora (2.a) não for maior do que 2x, no momento da realização do investimento; e (2.b) não for maior do que 2,5x após a realização do investimento; (3) o somatório dos custos despendidos pela Emissora e/ou pelos Garantidores com o investimento não ultrapassar 15% (quinze por cento) do EBITDA da Emissora; (4) tais investimentos sejam realizados após (4.a) a primeira verificação do Índice Financeiro e seja constatado que a Emissora está adimplente com tal obrigação, e (4.b) o primeiro pagamento de Remuneração e amortização do Valor Nominal Unitário; e (5) a Emissora apresentar ao Agente Fiduciário parecer legal com relação aos instrumentos de formalização dos referidos investimentos, incluindo, sem limitação, análise de contingências da operação, devendo constar de forma expressa todas as condições listadas neste item, antes do fechamento de referida operação. O Agente Fiduciário não fará nenhuma verificação dos itens acima e tomará como cumprido os passos de acordo com o parecer legal

enviado pela Emissora atestando que todos os itens foram cumpridos para a realização dos investimentos;

(xi) vencimento antecipado de obrigações da Emissora e/ou de qualquer de suas empresas controladas, direta ou indiretamente, cujo valor principal, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), no Brasil ou no exterior, em relação **(a)** a quaisquer empréstimos, linhas de crédito, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo *leasing* financeiro, títulos e valores mobiliários de renda fixa, debêntures, notas promissórias, derivativos ou outros instrumentos similares, no mercado local ou internacional e de emissão pública ou privada; ou **(b)** a cartas de crédito, garantias fidejussórias e outras garantias concedidas em favor de empresas que não estejam consolidadas nas demonstrações financeiras da Emissora da Emissora e/ou de suas controladas diretas ou indiretas;

(xii) **(a)** liquidação, dissolução, encerramento das atividades ou extinção da Emissora, da FCamara e/ou de suas controladas diretas ou indiretas; **(b)** intervenção ou decretação de falência da Emissora, da FCamara e/ou de suas controladas diretas ou indiretas; **(c)** pedido de autofalência formulado pela Emissora, pela FCamara e/ou por suas controladas diretas ou indiretas; **(d)** pedido de falência da Emissora, da FCamara e/ou de suas controladas diretas ou indiretas, formulado por terceiros, não devidamente elidido prazo legal; **(e)** se a Emissora, a FCamara e/ou suas controladas diretas ou indiretas, propuserem plano de recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer outra modalidade de concurso de credores prevista em lei específica, a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; **(f)** se a Emissora, a FCamara e/ou suas controladas diretas ou indiretas, ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; **(g)** propositura de medidas cautelares preparatórias para pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, incluindo, mas não se limitando, o pedido de suspensão de execuções em que a Emissora, a FCamara e/ou suas controladas diretas ou indiretas, for(em) demandada(s), nos termos do parágrafo 1º do artigo 20-B da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, bem como os pedidos fundamentados nos artigos 305 e seguintes do Código de Processo Civil; **(h)** a Emissora, a FCamara e/ou suas controladas diretas ou indiretas, realizem ou requeiram mediação ou conciliação formal com seus respectivos credores de operações financeiras e/ou realizadas no mercado de capitais; ou **(i)** a Emissora, a FCamara e/ou suas controladas diretas ou indiretas, realizem quaisquer medidas judiciais antecipatórias com vistas a sustação ou alteração dos pagamentos previstos nesta Escritura de Emissão em qualquer jurisdição;

(xiii) **(a)** insolvência ou falecimento de Fábio; e/ou **(b)** declaração de incapacidade, impedimento, ausência, ou interdição de Fábio por sentença arbitral, decisão judicial ou administrativa ou decisão interlocutória, exceto caso a Emissora apresente fiança bancária emitida por instituição financeira

classificada como “S1” pelo Banco Central do Brasil (“**BACEN**”), em substituição à Fiança outorgada por Fábio, em até 30 (trinta) Dias Úteis contados da ocorrência dos eventos previstos nos itens (a) e (b) acima;

(xiv) questionamento judicial iniciado pela Emissora, pelos Garantidores, pela Cônjuge e/ou por suas controladas diretas ou indiretas, ou pessoas ou sociedades a eles relacionadas e/ou por terceiros a respeito da validade, eficácia ou exequibilidade desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer outro Documento da Emissão;

(xv) existência de qualquer decisão arbitral ou sentença judicial e/ou administrativa com exigibilidade imediata contra a Emissora e/ou os Garantidores, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) ou que, independentemente do valor, cause ou possa causar um efeito adverso relevante sobre **(a)** a situação econômica financeira e/ou de qualquer outra natureza da Emissora e/ou da FCamara e/ou de Fábio e/ou de suas controladas diretas ou indiretas, seus negócios, atividades, reputação, operações, ativos e/ou resultados de operações, ou **(b)** a capacidade da Emissora e/ou da FCamara e/ou de Fábio de cumprir as obrigações relacionadas às Debêntures, e/ou **(c)** a validade, eficácia e exequibilidade dos Documentos da Emissão (“**Efeito Material Adverso**”);

(xvi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, permissões, alvarás ou licenças exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pela FCamara, que afete de forma significativa e material a continuidade de suas atividades ou as declarações e obrigações desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos da Emissão, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou a FCamara, comprove a existência de provimento jurisdicional ou documento oficial emitido pelo órgão ambiental competente que autorize a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da licença, alvará, permissão ou autorização necessária para tanto;

(xvii) transferência, cessão ou promessa de transferência ou cessão de qualquer uma das obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e/ou nos Documentos da Emissão pela Emissora e/ou pelos Garantidores;

(xviii) utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão de forma diversa à prevista na Cláusula 4.1 acima;

(xix) com relação à Fiança outorgada pelos Garantidores, caso se torne ineficaz, inexecutável ou inválida, ou caso ocorram quaisquer eventos que afetem a Fiança outorgada pelos Garantidores ou o cumprimento das disposições contidas nesta Escritura de Emissão;

(xx) com relação às Garantias Reais Atuais, caso se tornem ineficazes, inexecutáveis ou inválidas, bem como a ocorrência de quaisquer eventos que

afetem as Garantias Reais Atuais ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia;

(xxi) caso não sejam obtidos os *waivers* e autorizações necessárias para a constituição das Garantias, ou se não forem constituídas nos termos das Cláusulas 5.8 acima e de acordo com os procedimentos previstos nesta Escritura de Emissão;

(xxii) caso, após as respectivas constituições, as Garantias se tornem ineficazes, inexecutáveis ou inválidas, ou ocorra quaisquer eventos que afetem as Garantias outorgadas;

8.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nesta Cláusula 8.1.2 não sanados no respectivo prazo de cura, conforme aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 8.1.3 abaixo, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nos itens abaixo (“**Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático**”):

(i) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária da Emissora e/ou dos Garantidores estabelecida nesta Escritura de Emissão, ou de qualquer outra obrigação não pecuniária das respectivas partes alienantes ou cedentes, conforme o caso, nos Contratos de Garantia, desde que não sanadas no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da data do respectivo descumprimento (ou dentro de outro prazo de cura mais específico, conforme estabelecido nos Documentos da Emissão);

(ii) inadimplemento de obrigações da Emissora e/ou de qualquer de suas empresas controladas, direta ou indiretamente, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), no Brasil ou no exterior, em relação **(a)** a quaisquer empréstimos, linhas de crédito, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo *leasing* financeiro, títulos e valores mobiliários de renda fixa, debêntures, notas promissórias, derivativos ou outros instrumentos similares, no mercado local ou internacional e de emissão pública ou privada; ou **(b)** a cartas de crédito, garantias fidejussórias e outras garantias concedidas em favor de empresas que não estejam consolidadas nas demonstrações financeiras da Emissora e/ou de suas controladas diretas ou indiretas;

(iii) prestação de garantias fidejussórias para fazer frente a obrigações de companhias não controladas majoritariamente, direta ou indiretamente, pela Emissora, bem como assunção de qualquer tipo de coobrigação ou solidariedade em favor de quaisquer endividamentos financeiros e fiscais, pela Emissora, pela FCamara e/ou por suas controladas diretas ou indiretas;

(iv) observado o item (iv) abaixo, criação de qualquer encargos e/ou gravames de qualquer natureza, inclusive em razão de uma garantia, direito real de garantia, dívidas, penhora, arrolamento, ordem judicial, usufruto, alienação fiduciária ou cessão fiduciária de direitos, caução, cláusula restritiva de direitos, acordos que regulem direitos de voto, acordos de quotistas e/ou acionistas, direito de preferência, direito de prioridade, direito de primeira oferta, direito de venda conjunta ou qualquer outro similar, bem

como qualquer compromisso, contrato preliminar ou direito condicional que, se exercido, cause a realização de qualquer dos eventos descritos acima ou reivindicações similares de qualquer natureza relacionados a tais direitos (“**Ônus**”) sobre quaisquer bens ou ativos da Emissora, dos Garantidores e/ou de suas controladas diretas ou indiretas, que representem, em conjunto, valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) dos ativos totais da Emissora, dos Garantidores e/ou de suas controladas diretas ou indiretas, exceto pela constituição das Garantias Reais;

(v) concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações, assunção de novas dívidas, emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora, pela FCamara e/ou por suas controladas diretas ou indiretas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(vi) contratação, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, na qualidade de mutuária ou de mutuante, de empréstimos e/ou mútuos *intercompanies*, bem como adiantamentos para futuros aumentos de capital entre quaisquer das sociedades controladoras, coligadas, controladas e/ou afiliadas direta ou indiretamente (“**Grupo Econômico da Emissora**”) à Emissora em valor, individual ou agregado, acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por ano, exceto para empréstimos e/ou mútuos *intercompanies* bem como adiantamentos para futuros aumentos de capital entre os Fiadores Pessoas Jurídicas em que a Emissora detenha direta ou indiretamente mais do que 80% (oitenta por cento) do capital social;

(vii) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, dos Garantidores e/ou de suas controladas diretas ou indiretas, de forma que deixe(m) de atuar, direta ou indiretamente, com a atividade principal desenvolvida na presente data;

(viii) proferimento de decisão judicial declarando a invalidade, nulidade ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer outro Documento da Emissão;

(ix) caso a Emissora não realize a liquidação das Dívidas Existentes com os recursos da Emissão, conforme previsto nesta Escritura de Emissão;

(x) medida de autoridade governamental determinando ou estabelecendo o sequestro de bens, a expropriação, nacionalização ou desapropriação compulsória de ativos da Emissora, dos Garantidores e/ou de suas controladas diretas ou indiretas, que representem valor, individual ou agregado, igual ou superior a 5% (cinco por cento) dos ativos totais da Emissora, dos Garantidores e/ou de suas controladas diretas ou indiretas, exceto caso seja sanado ou revertido dentro de até 30 (trinta) dias contados do respectivo evento e desde que não envolvam as garantias outorgadas no âmbito do Contrato de Garantia;

(xi) caso provarem-se insuficientes, inverídicas, imprecisas, inconsistentes ou desatualizadas, na data que forem prestadas, quaisquer das informações ou declarações fornecidas ou prestadas nos Documentos da Emissão;

- (xii) caso seja proferida uma decisão judicial, extrajudicial ou arbitral, em qualquer instância cujos respectivos efeitos afetem a legalidade, validade e/ou eficácia da Aquisição após a Data de Conclusão da Aquisição e que não sejam suspensos no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação da referida decisão;
- (xiii) caso seja proferida qualquer decisão em qualquer instância, cujos respectivos efeitos não sejam suspensos ou alterados no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação da decisão, determinando a efetiva transferência das quotas e/ou ações das sociedades objeto da Aquisição pela Emissora aos sócios originais e/ou a terceiros;
- (xiv) protesto de títulos contra a Emissora, os Garantidores e/ou e suas controladas diretas ou indiretas, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que não seja devidamente sustado ou levantado por medida judicial ou extrajudicial em até 15 (quinze) dias corridos contados do efetivo protesto, exceto se provado, dentro do prazo legal, que **(a)** uma decisão judicial foi obtida para a anulação ou suspensão de seus efeitos; ou **(b)** o protesto foi cancelado, por pagamento ou qualquer outro motivo;
- (xv) inclusão de títulos já vencidos no Sistema de Informações de Crédito do Bacen contra a Emissora, os Garantidores e/ou e suas controladas diretas ou indiretas, independentemente do valor, e que não seja devidamente sustado ou levantado por medida judicial ou extrajudicial em até 10 (dez) dias corridos contados do efetivo protesto, exceto se provado, dentro do prazo legal, que **(a)** uma decisão judicial foi obtida para a anulação ou suspensão de seus efeitos; ou **(b)** o título vencido foi pago;
- (xvi) venda, compra, cessão, transferência, locação, arrendamento, concessão de qualquer opção ou outro direito de compra, ou outra forma de alienação de quaisquer bens, ativos ou participações societárias, pela Emissora e/ou de suas controladas diretas ou indiretas ("**Venda de Ativos**"), exceto se a totalidade dos recursos obtidos com a Venda de Ativos for utilizada para realização de Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório;
- (xvii) realização de investimentos em ativos imobilizados/intangíveis, pela Emissora, pela FCamara e/ou por suas controladas diretas ou indiretas, que ultrapassem em valor, individual ou agregado, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), seja em uma única operação ou em uma série de operações em um mesmo exercício social;
- (xviii) violação pela Emissora, pelos Garantidores, por suas controladas, diretas ou indiretas, assim como por seus respectivos empregados e administradores, desde que agindo em nome ou benefício da Emissora, dos Garantidores, ou suas controladas, diretas ou indiretas, que caracterizem conduta de incentivo à prostituição e/ou trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente e/ou discriminação de raça e gênero;
- (xix) violação pela Emissora, pelos Garantidores, por suas controladoras, controladas, diretas ou indiretas, ou coligadas, assim como por seus

respectivos empregados (antigos ou atuais) e administradores (antigos ou atuais), representantes ou terceiros, desde que agindo em nome ou benefício da Emissora, dos Garantidores, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, de dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, sob qualquer jurisdição, incluindo, sem limitação, qualquer lei, decreto, regulamentação ou portaria que tratam de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o sistema financeiro nacional, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, das Leis nº 7.492, de 16 de junho de 1986, conforme alterada, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, o Decreto-Lei nº 2.848/40, Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006 que promulgou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003, e, caso aplicável, o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, e a *UK Bribery Act*, as portarias e instruções normativas expedidas pela Controladoria Geral da União nos termos da lei e decreto acima mencionados, bem como todas as leis, decretos, regulamentos e demais atos normativos expedidos por autoridade governamental com jurisdição sobre tais pessoas, relacionados a esta matéria (“**Leis Anticorrupção**”);

(xx) violação, pela Emissora, pelos Garantidores, por suas controladas, diretas ou indiretas, ou coligadas, assim como por seus respectivos empregados (antigos ou atuais) e administradores (antigos ou atuais), representantes ou terceiros, desde que agindo em nome ou benefício da Emissora, dos Garantidores e/ou de suas controladas, diretas ou indiretas, de dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de atos contrários à legislação e regulamentação ambiental, especialmente aquelas relativas a saúde e segurança ocupacional, incluindo, sem limitação, (i) qualquer lei, decreto, regulamentação ou portaria que tratam da proteção ao meio ambiente, incluindo, sem limitação, o disposto na Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas (“**Legislação Socioambiental**”); e (ii) qualquer lei, decreto, regulamentação ou portaria trabalhistas, especialmente aquelas relativas a saúde e segurança ocupacional, incluindo as normas relativas ao combate a prostituição, mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo (“**Legislação de Proteção Social**”), exceto no que se refere à contratação de pessoas jurídicas pela Emissora, desde que tais contratações estejam em conformidade com as práticas de mercado e com as alterações regulatórias vigentes;

(xxi) não observância dos seguintes índices financeiros pela Emissora, a serem apurados anualmente pela Emissora referente ao último exercício social completo (*full year*), e verificados pelo Agente Fiduciário, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora, sendo que a primeira verificação pelo Agente Fiduciário ocorrerá com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora de 31 de dezembro de 2025:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a **(a)** 2,5x (dois inteiros e cinquenta centésimos) no exercício social de 2025; **(b)** 2,00x (dois inteiros) no exercício social de 2026 e seguintes.

Liquidez Corrente maior do que 1,0x.

Para os fins desta Escritura de Emissão:

“**Dívida Líquida**” significa, com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas *pro forma* da Emissora, o somatório, sem duplicação, **(a)** de empréstimos, mútuos com partes relacionadas, financiamentos, adiantamento de recursos, *supplier financing*, hedge, dívidas onerosas, de curto e longo prazo, o saldo líquido de operações com derivativos, títulos e valores mobiliários frutos de emissão pública ou privada, linhas de crédito de qualquer instituição financeira ou no mercado de capitais, local ou internacional, que possuam valor utilizado em aberto, e obrigações de aquisição; **(b)** endividamento relacionado à Aquisição; e **(c)** subtração de caixa e equivalentes. Para que não restem dúvidas, a Dívida Líquida será calculada considerando saldo de arrendamentos decorrentes da aplicação da norma IFRS-16;

“**EBITDA**” significa, com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas *pro forma* da Emissora relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício social, o somatório, sem duplicação, do resultado antes **(a)** das despesas e receitas financeiras, **(b)** do imposto de renda e contribuição social; **(c)** amortizações (dos ativos intangíveis) e depreciações (dos ativos tangíveis). Para fins do cálculo do EBITDA serão observados, ainda, os seguintes parâmetros R\$ R\$ R\$:

- (1)** subtrair-se-á o montante das distribuições de dividendos realizadas para pagamentos no âmbito da Política de Remuneração e/ou da Política de Bonificação, que ultrapassem o valor, individual ou agregado, de **(1.i)** exclusivamente para o exercício social de 2025, R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), conforme deliberado pela administração da Emissora; e **(1.ii)** a partir do exercício social de 2026, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por ano, corrigido anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão;
- (2)** em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos pela Emissora ao longo dos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de cálculo do EBITDA que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será apurado *pro forma* considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de

tal aquisição ou contrato, conforme validado por auditor independente;
e

- (3) serão incluídos no cálculo, de forma a aumentar o valor do EBITDA, quaisquer custos ou despesas extraordinárias relacionados a operações de fusão, aquisição, reorganização societária, ou similares, envolvendo sociedades estranhas ao Grupo Econômico da Emissora, inclusive honorários de assessores, consultores e taxas, todavia limitados, de forma individual ou agregada a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para cada exercício social.

“**Liquidez Corrente**” significa a razão entre o ativo circulante e o passivo circulante da Emissora.

8.1.3. Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 9 abaixo, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures.

8.1.4. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no Cláusula 8.1.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previsto na Cláusula 11 desta Escritura de Emissão, os Debenturistas, poderão optar, desde que por deliberação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

8.1.5. Na hipótese (a) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 8.1.3 acima por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, ou (b) de não ser alcançado o quórum mínimo, em primeira e segunda convocação, para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido na Cláusula 8.1.4 acima, o Agente Fiduciário deverá considerar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora e à B3 neste sentido.

8.1.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Montante Devido Antecipadamente, podendo o mesmo ser realizado fora do âmbito da B3, em até 3 (três) Dias Úteis contado do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário, ainda que de forma eletrônica, no endereço constante da Cláusula 6.19 desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar a Emissora obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Na hipótese de o pagamento aqui descrito ser realizado no âmbito da B3, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão comunicar a B3 com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de realização de tal pagamento.

9. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

9.1. Sem prejuízo das demais obrigações constantes desta Escritura de Emissão, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário e/ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores ou na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme regulamentação aplicável caso a caso:

(i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes, ou aos membros de sua administração, e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora; e (ii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) estatutário(s) atestando (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; e (2) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 8 e inexistência de descumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas;

(ii) os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que forem realizados;

(iii) cópia eletrônica (em formato.pdf) dos atos e reuniões dos Debenturistas que integrem a Emissão;

(iv) dentro de 15 (quinze) Dias Úteis ou em prazo menor, caso necessário para o cumprimento de solicitação de terceiros, contados de notificação enviada com esta finalidade, providenciar qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Resolução da CVM nº 17, de 09 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("**Resolução CVM 17**");

(v) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida relativa a um Evento de Vencimento Antecipado ou a esta Escritura de Emissão, no prazo de 3 (três) Dias Úteis após o seu recebimento;

(vi) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do descumprimento;

(vii) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação do Agente Fiduciário;

(viii) nos prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, uma cópia eletrônica (em formato.pdf) desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente divulgados no Sistema ENET; e

- (ix) informar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ciência acerca de descumprimento de qualquer obrigação da Emissora em contratos de que sejam parte e que causem ou possam causar um Efeito Material Adverso;
- (b) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos no presente instrumento e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial às seguintes obrigações, previstas no artigo 89 da Resolução CVM 160, conforme abaixo:
 - (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (iii) divulgar, até o dia anterior ao início das negociações das Debêntures, as demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados;
 - (iv) divulgar as demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (v) observar as disposições da Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada (**“Resolução CVM 44”**), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar a ocorrência de fato relevante, conforme definido pela Resolução CVM 44;
 - (vii) divulgar o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado ainda o disposto no inciso “(iv)” acima;
 - (viii) divulgar os atos societários de emissão de debêntures que venham a ser ofertadas publicamente;
 - (ix) divulgar as escrituras de emissão de debêntures que venham a ser ofertadas publicamente e seus eventuais aditamentos; e
 - (x) divulgar os documentos e informações mencionados nos incisos “(iii)”, “(iv)”, “(vi)”, “(vii)”, “(viii)” e “(ix)” acima (a) em sua página na rede mundial de computadores (*website*), mantendo-os disponíveis pelo prazo de 3 (três) anos; (b) em sistema disponibilizado pela B3; e (c) em sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.
- (c) contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Agente de Liquidação e os auditores independentes;

- (d) cumprir tempestivamente todas as determinações emanadas da CVM e da B3, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM e/ou pela B3;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula 11 desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a esta Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazê-lo, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (f) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário junto à B3 durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (g) enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere o inciso "(I)" da Cláusula 10.4 abaixo, no mesmo dia da divulgação pelo Agente Fiduciário;
- (h) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (i) informar à B3, o valor e a data de pagamento de toda e qualquer Remuneração referente às Debêntures;
- (j) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (k) cumprir pontualmente com todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no restante dos Documentos da Emissão;
- (l) abster-se de realizar transações que não estejam incluídas no seu objeto social, ou que não sejam conduzidas no curso normal dos negócios, observando as disposições estatutárias, legais e regulamentares aplicáveis e em vigor;
- (m) abster-se de praticar qualquer ato que não esteja de acordo com seu estatuto social e com esta Escritura de Emissão e/ou Documentos da Emissão, particularmente, aqueles que podem direta ou indiretamente prejudicar a realização pontual e total das obrigações assumidas com os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário;
- (n) efetuar o recolhimento de quaisquer impostos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e/ou sobre as Debêntures;
- (o) cumprir todas as leis, normas e regulamentos aplicáveis à Emissora, assim como fazer com que suas controladas diretas ou indiretas, cumpram as disposições que lhe forem aplicáveis à condução dos seus negócios, exceto por eventuais descumprimentos que estejam sendo contestados de boa-fé no âmbito judicial ou administrativo e cuja aplicabilidade e/ou exigibilidade tenha sido suspensa;
- (p) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias ao cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão;
- (q) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel

e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;

- (r) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (s) arcar com todos os custos decorrentes (a) da Emissão, (b) de registros e de publicação, caso exigido por lei, dos atos necessários à Emissão, conforme aplicável, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos, e os Atos Societários, (c) de registro dos Contratos de Garantia, bem como de seus respectivos aditamentos, e (d) das despesas e remuneração com a contratação de eventuais prestadores de serviço;
- (t) obter, manter e conservar em vigor (e, nos casos em que apropriado, renovar de modo tempestivo) todas as autorizações, aprovações, licenças, inclusive as de cunho ambiental, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias ao devido e regular desempenho das atividades da Emissora, assim como fazer com que suas controladas diretas ou indiretas obtenham, mantenham e conservem em vigor suas respectivas autorizações, aprovações, licenças, inclusive as de cunho ambiental, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias ao devido e regular desempenho das suas atividades, exceto por aquelas que, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de eventual não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas tenham comprovado a existência de provimento jurisdicional ou documento oficial emitido pelo órgão competente que autorize a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da licença, alvará, permissão ou autorização necessária para tanto;
- (u) ressarcir os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário de qualquer quantia que sejam compelidos a pagar em razão de fato ou ato que a autoridade competente entenda estar relacionado à Emissão, bem como indenizar os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário por qualquer perda ou dano que venham a sofrer, conforme procedimento previsto nos termos dos Documentos da Emissão;
- (v) pagar nos seus respectivos vencimentos, de acordo com os termos estabelecidos pela legislação em vigor, todas as suas respectivas obrigações e responsabilidades (inclusive todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, ambiental e previdenciária), exceto aquelas que estejam sendo contestadas de boa-fé no âmbito judicial ou administrativo e cuja aplicabilidade e/ou exigibilidade tenha sido suspensa;
- (w) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário, desde que exigidos por lei ou regulamentação aplicável, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias, das Debêntures e dos Documentos da Emissão;
- (x) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário, desde que exigidos por lei ou regulamentação aplicável, com o propósito de constituir, assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias;

- (y) concluir os registros e formalizações necessários nos termos da legislação português com relação à Garantia Corporativa e ao Penhor de Quotas Beta-I em até 15 (quinze) dias contados da primeira Data de Integralização;
- (z) cumprir em todos os seus aspectos materiais e aplicáveis, a Legislação Socioambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e aos seus trabalhadores decorrentes de suas atividades, bem como apresentar aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, sempre que por estes solicitado, dentro do prazo de até 10 (dias) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, as informações e documentos que comprovem a conformidade legal de suas atividades e o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial e cuja aplicabilidade e/ou exigibilidade tenha sido suspensa;
- (aa) cumprir em todos os seus aspectos a Legislação de Proteção Social, exceto no que se refere à contratação de pessoas jurídicas pela Emissora, desde que tais contratações estejam em conformidade com as alterações regulatórias vigentes, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e aos seus trabalhadores decorrentes de suas atividades, bem como apresentar aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, sempre que por estes solicitado, dentro do prazo de até 10 (dias) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, as informações e documentos que comprovem a conformidade legal de suas atividades e o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (bb) orientar seus fornecedores e prestadores de serviços para que sigam as legislações vigentes e adotem as melhores práticas de proteção ao meio ambiente, à segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante ao cumprimento da Legislação Socioambiental e da Legislação de Proteção Social;
- (cc) utilizar os recursos disponibilizados por meio desta Escritura de Emissão exclusivamente em atividades lícitas e em conformidade com a Legislação Socioambiental, à Legislação de Proteção Social e às Leis Anticorrupção;
- (dd) cumprir e fazer com que suas controladas, bem como enviar melhores esforços para fazer que suas Afiliadas, seus respectivos fornecedores e prestadores de serviços, observem e cumpram a Legislação de Proteção Social e, caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado à trabalho análogo ao de escravo, trabalho infantil ilegal e/ou Impacto Ambiental Significativo, obriga-se a comunicar tal fato aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua ciência, indicando as medidas adotadas ou que serão adotadas para a gestão adequada do fato constatado;
- (ee) indenizar e ressarcir os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário por quaisquer despesas, perdas ou danos que ele venha comprovadamente a incorrer em decorrência de dano comprovadamente causados pela Emissora ou suas coligadas ou empresas sob controle comum ("**Afiliadas**");
- (ff) a Emissora, bem como seus administradores, sócios, colaboradores, agentes, empregados, subcontratados e fornecedores, ou qualquer interposta pessoa agindo em nome ou em benefício da Emissora ou das pessoas anteriormente

especificadas assim como suas controladas, não podem realizar, e a Emissora adotará melhores esforços para que suas Afiliadas não realizem as práticas listadas abaixo (em conjunto, “**Obrigações Anticorrupção**”):

- (i) ter utilizado ou utilizar recursos (incluindo os recursos líquidos obtidos com a Oferta) para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa à atividade política;
 - (ii) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável;
 - (iii) oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Escritura de Emissão, ou de outra forma a ele não relacionada; e
 - (iv) de qualquer maneira fraudar as disposições desta Escritura de Emissão, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, que viole qualquer lei aplicável.
- (gg) conduzir seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção, bem como ter instituído e mantido, políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia das Obrigações Anticorrupção;
- (hh) não realizar e nem autorizar, seus administradores, acionistas ou sócios com poderes de administração, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou em favor da Emissora, a realizar, em benefício próprio ou para a Emissão: (a) o uso de recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, ou quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; e/ou (c) qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, “caixinha” ou outro pagamento ilegal; e
- (ii) (a) sempre cumprir estritamente as Leis Anticorrupção e as Obrigações Anticorrupção; (b) monitorar seus administradores, sócios, colaboradores, agentes, empregados, subcontratados e fornecedores que estejam agindo por sua conta, em

seu nome, ou em nome dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário para garantir o cumprimento das Obrigações Anticorrupção; e (c) deixar claro em todas as suas transações em nome dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário, que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário exigem cumprimento às Obrigações Anticorrupção.

9.2. Os Fiadores estão adicionalmente obrigados a, conforme aplicável:

- (a) cumprir pontualmente com todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no restante dos Documentos da Emissão, dos quais sejam parte;
- (b) abster-se de realizar transações que não estejam incluídas no seu objeto social, ou que não sejam conduzidas no curso normal dos negócios, observando as disposições estatutárias, legais e regulamentares aplicáveis e em vigor;
- (c) no caso dos Fiadores pessoas jurídicas, abster-se de praticar qualquer ato que não esteja de acordo com seu estatuto ou contrato social, conforme o caso, e com esta Escritura de Emissão e/ou Documentos da Emissão, particularmente, aqueles que podem direta ou indiretamente prejudicar a realização pontual e total das obrigações assumidas com os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário;
- (d) cumprir todas as leis, normas e regulamentos aplicáveis aos Fiadores, assim como fazer com que suas controladas diretas ou indiretas cumpram as disposições que lhe forem aplicáveis, exceto por eventuais descumprimentos que estejam sendo contestados de boa-fé no âmbito judicial ou administrativo e cuja aplicabilidade e/ou exigibilidade tenha sido suspensa;
- (e) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias ao cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão;
- (f) no caso dos Fiadores pessoas jurídicas, manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- (g) no caso dos Fiadores pessoas jurídicas, manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (h) no caso dos Fiadores pessoas jurídicas, obter, manter e conservar em vigor (e, nos casos em que apropriado, renovar de modo tempestivo) todas as autorizações, aprovações, licenças, inclusive as de cunho ambiental, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias ao devido e regular desempenho das atividades dos Fiadores pessoas jurídicas, assim como fazer com que suas controladas diretas ou indiretas obtenham, mantenham e conservem em vigor, exceto por aquelas que, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de eventual não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, os Fiadores e/ou suas controladas diretas ou indiretas tenham comprovado a existência de provimento jurisdicional ou documento oficial emitido pelo órgão competente que autorize a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da licença, alvará, permissão ou autorização necessária para tanto;

- (i) ressarcir os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário de qualquer quantia que eles sejam compelidos a pagar em razão de fato ou ato que a autoridade competente entenda estar relacionado à Emissão, bem como indenizar os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário por qualquer perda ou dano que ele venha a sofrer, conforme procedimento previsto nos termos dos Documentos da Emissão;
- (j) pagar nos seus respectivos vencimentos, de acordo com os termos estabelecidos pela legislação em vigor, todas as suas respectivas obrigações e responsabilidades (inclusive todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, ambiental e previdenciária), exceto aquelas que estejam sendo contestadas de boa-fé no âmbito judicial ou administrativo e cuja aplicabilidade e/ou exigibilidade tenha sido suspensa;
- (k) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário, desde que exigidos por lei ou regulamentação aplicável, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias, das Debêntures e dos Documentos da Emissão;
- (l) no caso dos Fiadores pessoas jurídicas, cumprir em todos os seus aspectos materiais e aplicáveis, a Legislação Socioambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente, aos direitos humanos e aos seus trabalhadores decorrentes de suas atividades, bem como apresentar aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, sempre que por estes solicitado, dentro do prazo de até 10 (dias) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, as informações e documentos que comprovem a conformidade legal de suas atividades e o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial e cuja aplicabilidade e/ou exigibilidade tenha sido suspensa;
- (m) cumprir em todos os seus aspectos a Legislação de Proteção Social, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e aos seus trabalhadores decorrentes de suas atividades, bem como apresentar aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, sempre que por estes solicitado, dentro do prazo de até 10 (dias) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, as informações e documentos que comprovem a conformidade legal de suas atividades e o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (n) orientar seus fornecedores e prestadores de serviços para que sigam as legislações vigentes e adotem as melhores práticas de proteção ao meio ambiente, à segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante ao cumprimento da Legislação Socioambiental e da Legislação de Proteção Social;
- (o) cumprir e fazer com que suas controladas, bem como enviar melhores esforços para fazer com que suas Afiliadas, seus respectivos fornecedores e prestadores de serviços, observem e cumpram a Legislação de Proteção Social e, caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado à trabalho análogo ao de escravo, trabalho infantil ilegal e/ou Impacto Ambiental Significativo, obriga-se a comunicar tal fato aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias

Úteis contados de sua ciência, indicando as medidas adotadas ou que serão adotadas para a gestão adequada do fato constatado;

(p) indenizar e ressarcir os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário por quaisquer despesas, perdas ou danos que ele venha comprovadamente incorrer em decorrência de dano comprovadamente causado pelos Fiadores ou suas controladas;

(q) pelos Fiadores, bem como por seus administradores, sócios, colaboradores, agentes, empregados, subcontratados e fornecedores, ou qualquer interposta pessoa agindo em nome ou em benefício dos Fiadores ou das pessoas anteriormente especificadas assim como suas controladas, cumprir as Obrigações Anticorrupção, e adotar os melhores esforços para que suas Afiliadas cumpram as Obrigações Anticorrupção;

(r) no caso dos Fiadores pessoas jurídicas, conduzir seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção, bem como ter instituído e mantido, políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia das Obrigações Anticorrupção;

(s) não realizar e nem autorizar, seus administradores, acionistas ou sócios com poderes de administração, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou em favor dos Fiadores, a realizar, em benefício próprio ou para a Emissão: (a) o uso de recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, ou quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; e/ou (c) qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, “caixinha” ou outro pagamento ilegal; e

(t) (a) sempre cumprir estritamente as Leis Anticorrupção e as Obrigações Anticorrupção; (b) monitorar seus administradores, sócios, colaboradores, agentes, empregados, subcontratados e fornecedores que estejam agindo por sua conta, em seu nome, ou em nome dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário para garantir o cumprimento das Obrigações Anticorrupção; e (c) deixar claro em todas as suas transações em nome dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário, que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário exigem cumprimento às Obrigações Anticorrupção.

9.3. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no âmbito da B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando os Debenturistas e o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados pelos Debenturistas e/ou por atuação do Agente Fiduciário.

10. AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- (a) é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- (d) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas **(i)** não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; **(ii)** não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; **(iii)** não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e **(iv)** não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Resolução da CVM n.º 17, de 09 de fevereiro de 2021 (**“Resolução CVM 17”**);
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) verificou a veracidade das informações relativas às Garantias e a consistência das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Emissora e pelos Garantidores, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade e/ou da consistência das informações apresentadas;
- (j) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(k) esta Escritura de Emissão contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada pela CVM, pelo Banco Central do Brasil e pelas demais autoridades e órgãos competentes;

(m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins da Resolução CVM 17, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário e/ou agente administrativo em outras emissões da Emissora ou do Grupo Econômico da Emissora; e

(n) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 6 da Resolução CVM 17, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.

10.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou até sua efetiva substituição.

10.3. Remuneração do Agente Fiduciário. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade, a título de prestação de serviços do Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em até o 05º (quinto) Dia Útil contado da primeira data de integralização e os demais pagamentos ocorrerão nas mesmas datas nos anos seguintes. Tais pagamentos serão devidos até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento. Em nenhuma hipótese será cabível pagamento pro rata de tais parcelas ("**Remuneração do Agente Fiduciário**").

10.3.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes, neste caso exclusivamente se a emissão não se efetivar, ou depois da Emissão, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como a (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantias; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (a) das Garantias; (b) de prazos de pagamento e (c) de condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

10.3.2. No caso de celebração de aditamentos ao instrumento de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas,

adicionalmente, o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

10.3.3. A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão.

10.3.4. Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza); (ii) Contribuição ao PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento. Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos às parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pela variação positiva acumulada do IPCA, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão.

10.3.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da Remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die.

10.3.6. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, exceto na proporção em que decorrentes do dolo, má-fé ou culpa grave do Agente Fiduciário. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

10.3.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a

Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

10.3.8. Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SRE Nº 01/21, o Agente Fiduciário poderá, às expensas da Emissora, contratar terceiro especializado para avaliar ou reavaliar, o valor das garantias prestadas, conforme o caso, bem como solicitar informações e comprovações que entender necessárias, na forma prevista no referido ofício.

10.3.9. Não haverá devolução de valores já recebidos pelo Agente Fiduciário a título da prestação de serviços, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente.

10.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os titulares dos valores mobiliários;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (c) enunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição;
- (d) conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas às Garantias e a consistência das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) diligenciar junto à Emissora para que a Escritura de Emissão e seus aditamentos, sejam registrados nos órgãos competentes, nos casos em que tal registro seja exigido por lei, adotando, no caso da omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
- (g) acompanhar a prestação das informações periódicas pela Emissora, alertando os Debenturistas, no relatório anual de que trata o inciso "(l)" abaixo, sobre as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
- (h) opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas Trabalhistas, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza o domicílio ou a sede da Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a assembleia dos titulares dos valores mobiliários, na forma do artigo 10 da Resolução CVM 17;

- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea “(b)”, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 15 da Resolução CVM 17 o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (l.1) cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
 - (l.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no exercício social com efeitos relevantes para os Debenturistas;
 - (l.3) comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados às Cláusulas desta Escritura de Emissão destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
 - (l.4) quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em circulação e saldo cancelado no período;
 - (l.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de juros das Debêntures realizados no período;
 - (l.6) destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, conforme informações prestadas pela Emissora;
 - (l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (l.8) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado no mesmo exercício como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de valores mobiliários emitidos; espécie e garantias envolvidas; prazo de vencimento e taxa de juros; e inadimplemento no período; e
 - (l.9) declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar a exercer a função.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “(l)” acima em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora;
- (n) divulgar as informações referidas na alínea “(l.8)” do inciso “(l)” acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões de informações junto à Emissora, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3 a

atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

(p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;

(q) comunicar os Debenturistas a respeito de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo as obrigações relativas a garantias e a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, observado o prazo previsto no artigo 16, inciso “(ii)”, da Resolução CVM 17; e

(r) disponibilizar o cálculo do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser realizado pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu website.

10.5. Substituição. Nas hipóteses de impedimentos, renúncia, intervenção ou liquidação extrajudicial do Agente Fiduciário, este deve ser substituído no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante deliberação a ser realizada em Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual deverá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do final do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a imediata convocação, observado o prazo da Cláusula 11.2 abaixo, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.5.5 abaixo.

10.5.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.5.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita à comunicação prévia à CVM.

10.5.3. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura de Emissão, observado o disposto na Cláusula 2.3 acima.

10.5.4. O novo Agente Fiduciário iniciará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.

10.5.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

10.5.6. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IPCA.

10.5.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 10.5, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, às expensas da Emissora, cópias de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

10.5.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

10.6. No caso de inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, nos termos do artigo 12 da Resolução CVM 17.

10.7. O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas

nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

10.10. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

11. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (**“Assembleia Geral de Debenturistas”**).

11.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

11.2.1. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.19 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

11.2.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias corridos, ou no prazo mínimo legalmente permitido, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data de publicação do edital de segunda convocação (que poderá ser publicado na mesma data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação).

11.2.3. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

11.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

11.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de titulares de Debêntures em Circulação.

11.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

11.6. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula 9, considera-se **“Debêntures em Circulação”** todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas: (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; (ii) as de titularidade (a) de sociedades que sejam direta ou indiretamente Controladas pela Emissora; (b) de sociedades coligadas da Emissora; (c) de acionistas Controladores (ou grupo de controle) da Emissora; (d) de sociedades sob controle comum da Emissora; (e) de administradores da Emissora e de suas Controladas Relevantes, incluindo diretores e conselheiros de administração e conselheiros fiscais, se for o caso; e (f)

qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

11.7. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

11.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário, ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

11.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico.

11.11. As seguintes alterações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em segunda convocação subsequente: **(i)** as disposições desta cláusula; **(ii)** qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; **(iii)** a Remuneração e/ou as disposições a ela relativas constantes desta Escritura de Emissão; **(iv)** quaisquer das datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; **(v)** o prazo de vencimento das Debêntures; **(vi)** a espécie das Debêntures; **(vii)** as disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo, ao Resgate Antecipado Obrigatório, à Oferta de Resgate Antecipado e à Aquisição Facultativa; **(viii)** os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; ou **(ix)** dos Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive a sua exclusão.

11.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quóruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

11.13. Sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, as Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser realizadas de forma exclusivamente ou parcialmente digital, observadas as disposições da Resolução da CVM nº 81, de 30 de março de 2022.

11.14. A CVM poderá autorizar a redução dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, nos termos do §8º *et seq.* do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, observada a regulamentação em vigor.

12. DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

12.1. A Emissora, neste ato, declara que:

- (a) é uma sociedade anônima, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, validamente constituída e existente, em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias e regulatórias, à celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão e à Oferta, à outorga da Cessão Fiduciária e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão, bem como as obrigações aqui e ali previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos da Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão, não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelos previstos nos Contratos de Garantia, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Emissão, e não há a ocorrência e existência, na presente data, de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 4.1 acima;
- (h) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem ou qualificação perante qualquer autoridade governamental, órgão regulador ou terceiro (incluindo, sem limitação, com respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios) é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações no âmbito das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (a) o arquivamento das atas dos Atos Societários nas juntas competentes; (b) pelo registro desta

Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia no Cartórios de RTD; e (c) pela divulgação desta Escritura de Emissão no Sistema ENET;

(i) possui, assim como todas as suas controladas diretas ou indiretas, todas as autorizações, aprovações, licenças, inclusive as de cunho ambiental, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias ao devido e regular desempenho das suas respectivas atividades;

(j) está cumprindo, assim como suas controladas diretas ou indiretas cumprem, com todas as leis, regulamentações, normas aplicáveis à condução dos seus negócios;

(k) cumpre com todas as normas aplicáveis aos seus negócios, bem como possuem familiaridade com operações semelhantes a esta Emissão, tendo sido obtida consultoria financeira e negocial previamente à assunção das obrigações aqui descritas;

(l) está de acordo, em todos os aspectos aplicáveis, com a Legislação Socioambiental;

(m) não esteve envolvida ou se envolveu com quaisquer atos que possam acarretar uma violação da Legislação Socioambiental;

(n) não utilizou ou utilizaram materiais radioativos e fibras de amianto, ou desenvolveu ou desenvolve atividades ou faz uso de materiais considerados ilegais nos termos da legislação doméstica, aqui entendida como: (1) a Norma Interministerial nº 19/1981 e o Decreto Federal nº 5.472/2005, relacionadas às substâncias que destroem a camada de ozônio, PCBs (Bifenilos Policlorados) e demais substâncias e poluentes orgânicos persistentes; (2) Decreto Federal nº 3.607/2000, que implementou a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção ou Fauna e Flora Selvagens (CITES); (3) a Lei Federal nº 11.959/2009 e Normas Interministeriais 11/2012 e 12/2012, que tratam dos métodos de pesca não sustentáveis; e (4) o Decreto Federal nº 875/2013 que ratificou a Convenção da Basileia, que trata do comércio transfronteiriço de resíduos perigosos;

(o) está de acordo, em todos os aspectos aplicáveis, com a Legislação de Proteção Social, e não possui qualquer envolvimento em casos relacionados a pornografia, prostituição, racismo ou mídias antidemocráticas;

(p) no seu melhor conhecimento (incluindo, mas não se limitando, por citação e/ou notificação a respeito de tais processos ou investigações), não é processada ou investigada por crimes socioambientais;

(q) não há, nesta data, contra si, condenação em processos judiciais ou administrativos relacionados a crimes socioambientais;

(r) não há, nesta data, contra si, contra suas controladoras, qualquer de suas controladas, e administradores, acionistas ou sócios com poderes de administração (“**Representantes**”), e, no melhor conhecimento da Emissora, Afiliadas, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou benefício da Emissora, condenação em processos judiciais ou administrativos relacionados a infrações ou crimes decorrentes de emprego de

trabalho análogo a escravo ou infantil ou de incentivo a prostituição ou da violação dos direitos silvícolas indígenas;

(s) não é parte e não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente, inclusive relacionados à Legislação Socioambiental e Legislação Anticorrupção ou que possam resultar em um Efeito Adverso Relevante, envolvendo a Emissora e/ou os Fiadores, suas respectivas controladas, seus respectivos Representantes e/ou suas respectivas controladoras, e, no melhor conhecimento da Emissora, Afiliadas, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou benefício da Emissora e/ou dos Fiadores, ou que possa afetá-las perante qualquer tribunal ou órgão governamental ou árbitro;

(t) não há qualquer violação, incluindo, mas não se limitando ao oferecimento de denúncia ou instauração de procedimento administrativo ou judicial, por autoridade competente, de qualquer dispositivo, lei ou regulamento contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo as Leis Anticorrupção, pela Emissora, pelos Fiadores, por qualquer de suas controladas ou controladoras, bem como seus Representantes e, no melhor conhecimento da Emissora, Afiliadas, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou benefício da Emissora e/ou dos Fiadores, bem como adota medidas para que suas controladas, acionistas e, ainda, adota os melhores esforços para que suas Afiliadas, eventuais subcontratados ou terceiros agindo em seu nome e benefício cumpram as Leis Anticorrupção, na medida em que mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o cumprimento das Leis Anticorrupção e os orienta sobre tais normas, previamente ao início da sua atuação, conforme aplicável;

(u) não há quaisquer outros fatos ou informações relevantes sobre suas respectivas situações financeira ou econômica, reputação, resultados operacionais e/ou sobre as atividades da Emissora e/ou de suas controladas, diretas ou indiretas, que não tenham sido informados aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário e/ou que tornem quaisquer das declarações ou informações prestadas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, insuficientes, inverídicas, imprecisas, inconsistentes ou desatualizadas;

(v) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

(w) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

(x) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela B3 e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;

(y) esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, I e III do Código de Processo Civil;

(z) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são suficientes, verdadeiros, precisos, consistências e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;

(aa) cumpre, e faz com que suas controladas, controladoras e seus Representantes, e adota melhores esforços para que suas Afiliadas, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou benefício da Emissora e/ou dos Fiadores, cumpram as Leis Anticorrupção, sendo que inexistente violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, das Leis Anticorrupção, conforme aplicável, pela Emissora, pelos Fiadores, e por suas respectivas controladas e Representantes, e no melhor conhecimento da Emissora, por suas Afiliadas, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou benefício da Emissora e/ou dos Fiadores; e

(bb) tem conhecimento do funcionamento dos instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures.

12.2. Os Fiadores Pessoas Jurídicas, neste ato, declaram, individualmente e conforme aplicável, que:

(a) cada Fiador Pessoa Jurídica é uma sociedade validamente constituída e existente, em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias e regulatórias, à celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão e à Oferta, à outorga das Alienações Fiduciárias, da Cessão Fiduciária e da Fiança, conforme aplicável, e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(d) esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão, bem como as obrigações aqui e ali previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

(e) a celebração desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos da Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão, não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual os Fiadores sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou

instrumentos; **(2)** criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Fiadores, exceto pelos previstos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, ou **(3)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; **(ii)** qualquer lei, decreto ou regulamento a que os Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou **(iii)** qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete os Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(f) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Emissão, e não há a ocorrência e existência, na presente data, de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;

(g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão;

(h) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem ou qualificação perante qualquer autoridade governamental, órgão regulador ou terceiro (incluindo, sem limitação, com respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios) é exigido para o cumprimento pelos Fiadores de suas obrigações no âmbito das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (a) o arquivamento das atas dos Atos Societários na junta comercial competente; e (b) pelo registro desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia no Cartórios de RTD;

(i) possui, assim como todas as suas controladas diretas ou indiretas, todas as autorizações, aprovações, licenças, inclusive as de cunho ambiental, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias ao devido e regular desempenho das suas respectivas atividades;

(j) está cumprindo, assim como suas controladas diretas ou indiretas cumprem, com todas as leis, regulamentações, normas aplicáveis à condução dos seus negócios;

(k) cumpre com todas as normas aplicáveis aos seus negócios, bem como possuem familiaridade com operações semelhantes a esta Emissão, tendo sido obtida consultoria financeira e negocial previamente à assunção das obrigações aqui descritas;

(l) está de acordo, em todos os aspectos aplicáveis, com a Legislação Socioambiental;

(m) não esteve envolvida ou se envolve com quaisquer atos que possam acarretar uma violação da Legislação Socioambiental;

(n) não utilizou materiais radioativos e fibras de amianto, ou desenvolveu ou desenvolve atividades ou faz uso de materiais considerados ilegais nos termos da legislação doméstica, aqui entendida como: (1) a Norma Interministerial nº 19/1981 e o Decreto Federal nº 5.472/2005, relacionadas às substâncias que destroem a camada de ozônio, PCBs (Bifenilos Policlorados) e demais substâncias e poluentes orgânicos persistentes; (2) Decreto Federal nº 3.607/2000, que implementou a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção ou Fauna e Flora Selvagens (CITES); (3) a Lei Federal nº 11.959/2009 e Normas Interministeriais 11/2012 e 12/2012, que tratam dos métodos de pesca não

sustentáveis; e (4) o Decreto Federal nº 875/2013 que ratificou a Convenção da Basileia, que trata do comércio transfronteiriço de resíduos perigoso;

(o) está de acordo, em todos os aspectos aplicáveis, com a Legislação de Proteção Social, e não possui qualquer envolvimento em casos relacionados a pornografia, prostituição, racismo ou mídias antidemocráticas;

(p) no seu melhor conhecimento (incluindo, mas não se limitando, por citação e/ou notificação a respeito de tais processos ou investigações), não é processada ou investigada por crimes socioambientais;

(q) não há, nesta data, contra si, condenação em processos judiciais ou administrativos relacionados a crimes socioambientais;

(r) não há, nesta data, contra si ou contra suas controladoras, qualquer de suas controladas, Representantes, e no melhor conhecimento dos Fiadores Pessoas Jurídicas, suas Afiliadas, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou benefício da Emissora dos Fiadores Pessoas Jurídicas, condenação em processos judiciais ou administrativos relacionados a infrações ou crimes decorrentes de emprego de trabalho análogo a escravo ou infantil ou de incentivo a prostituição ou da violação dos direitos silvícolas indígenas;

(s) não é parte e não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente, inclusive relacionados à Legislação Socioambiental e Legislação Anticorrupção ou que possam resultar em um Efeito Adverso Relevante, envolvendo a Emissora, os Fiadores, suas respectivas controladas, seus respectivos Representantes e/ou suas respectivas controladoras, e, no melhor conhecimento dos Fiadores Pessoas Jurídicas, suas respectivas Afiliadas, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou benefício dos Fiadores Pessoas Jurídicas, ou que possa afetá-las perante qualquer tribunal ou órgão governamental ou árbitro;

(t) não há qualquer violação, incluindo, mas não se limitando ao oferecimento de denúncia ou instauração de procedimento administrativo ou judicial, por autoridade competente, de qualquer dispositivo, lei ou regulamento contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo as Leis Anticorrupção, pela Emissora, pelos Fiadores, por qualquer de suas controladas, controladoras, bem como seus Representantes e, no melhor conhecimento dos Fiadores Pessoas Jurídicas, suas respectivas Afiliadas, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou benefício dos Fiadores Pessoas Jurídicas, bem como adotam medidas para que suas controladas, acionistas e, ainda, adotam melhores esforços para que suas Afiliadas, eventuais subcontratados ou terceiros agindo em seu nome e benefício cumpram as Leis Anticorrupção, na medida em que mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o cumprimento das Leis Anticorrupção e os orienta sobre tais normas, previamente ao início da sua atuação, conforme aplicável;

(u) não há quaisquer outros fatos ou informações relevantes sobre suas respectivas situações financeira ou econômica, reputação, resultados operacionais e/ou sobre suas atividades que não tenham sido informados aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário e/ou que tornem quaisquer das declarações ou informações

prestadas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, insuficientes, inverídicas, imprecisas, inconsistentes ou desatualizadas;

(v) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

(w) esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas do respectivo Fiador Pessoa Jurídica, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, I e III do Código de Processo Civil;

(x) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são suficientes, verdadeiros, precisos, consistências e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;

(y) cumpre, e faz com que suas controladas, controladoras e seus Representantes, e adota melhores esforços para que suas Afiliadas, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou benefício dos Fiadores Pessoas Jurídicas, cumpram as Leis Anticorrupção, sendo que inexistente violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, das Leis Anticorrupção, conforme aplicável, pela Emissora, pelos Fiadores, e por suas respectivas controladas e Representantes, e no melhor conhecimento dos Fiadores Pessoas Jurídicas, por suas Afiliadas, funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou benefício dos Fiadores Pessoas Jurídicas; e

(z) tem conhecimento do funcionamento dos instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures.

12.3. Fábio, neste ato, declara que:

(a) é pessoa natural, maior e plenamente capaz de celebrar esta Escritura de Emissão e outorgar a Fiança e de cumprirem com todas as obrigações aqui previstas;

(b) esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Emissão, bem como as obrigações aqui e ali previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes do Fábio, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

(c) a celebração desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos da Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão, a Emissão não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual Fábio seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem de Fábio, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que Fábio ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete Fábio ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (d) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Emissão, e não há a ocorrência e existência, na presente data, de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (e) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem ou qualificação perante qualquer autoridade governamental, órgão regulador ou terceiro (incluindo, sem limitação, com respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios) é exigido para o cumprimento pelo Fábio de suas obrigações no âmbito das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia no Cartórios de RTD;
- (g) está cumprindo, assim como suas controladas diretas ou indiretas cumprem, com todas as leis, regulamentações, normas aplicáveis a ele ou à condução dos seus negócios, conforme o caso;
- (h) cumpre com todas as normas aplicáveis aos seus negócios, bem como possuem familiaridade com operações semelhantes a esta Emissão, tendo sido obtida consultoria financeira e negocial previamente à assunção das obrigações aqui descritas;
- (i) está de acordo, em todos os aspectos aplicáveis, com a Legislação Socioambiental;
- (j) não esteve envolvido ou se envolve com quaisquer atos que possam acarretar uma violação da Legislação Socioambiental;
- (k) não utilizou materiais radioativos e fibras de amianto, ou desenvolveu ou desenvolve atividades ou faz uso de materiais considerados ilegais nos termos da legislação doméstica, aqui entendida como: (1) a Norma Interministerial nº 19/1981 e o Decreto Federal nº 5.472/2005, relacionadas às substâncias que destroem a camada de ozônio, PCBs (Bifenilos Policlorados) e demais substâncias e poluentes orgânicos persistentes; (2) Decreto Federal nº 3.607/2000, que implementou a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção ou Fauna e Flora Selvagens (CITES); (3) a Lei Federal nº 11.959/2009 e Normas Interministeriais 11/2012 e 12/2012, que tratam dos métodos de pesca não sustentáveis; e (4) o Decreto Federal nº 875/2013 que ratificou a Convenção da Basileia, que trata do comércio transfronteiriço de resíduos perigoso;
- (l) está de acordo, em todos os aspectos aplicáveis, com a Legislação de Proteção Social, e não possui qualquer envolvimento em casos relacionados a pornografia, prostituição, racismo ou mídias antidemocráticas;
- (m) no seu melhor conhecimento (incluindo, mas não se limitando, por citação e/ou notificação a respeito de tais processos ou investigações), não é processado ou investigado por crimes socioambientais;
- (n) não há, nesta data, contra si, condenação em processos judiciais ou administrativos relacionados a crimes socioambientais;

- (o) não há, nesta data, contra si, condenação em processos judiciais ou administrativos relacionados a infrações ou crimes decorrentes de emprego de trabalho análogo a escravo ou infantil ou de incentivo a prostituição ou da violação dos direitos silvícolas indígenas;
- (p) não é parte e não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente, inclusive relacionados à Legislação Socioambiental e Legislação Anticorrupção ou que possam resultar em um Efeito Adverso Relevante, envolvendo a Emissora e/ou Fábio e/ou suas controladas e/ou seus Representantes ou que possa afetá-las perante qualquer tribunal ou órgão governamental ou árbitro;
- (q) não há qualquer violação, incluindo, mas não se limitando ao oferecimento de denúncia ou instauração de procedimento administrativo ou judicial, por autoridade competente, de qualquer dispositivo, lei ou regulamento contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo as Leis Anticorrupção, por si, pela Emissora, por qualquer de suas controladas, bem como, no melhor de seu conhecimento, seus funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em seu nome ou benefício, bem como adota medidas para que suas controladas e, ainda, adota os melhores esforços para que eventuais subcontratados ou terceiros agindo em seu nome e benefício cumpram as Leis Anticorrupção, na medida em que a Emissora e suas controladas mantêm políticas e procedimentos internos que visam assegurar o cumprimento das Leis Anticorrupção e os orienta sobre tais normas, previamente ao início da sua atuação, conforme aplicável;
- (r) não há quaisquer outros fatos ou informações relevantes sobre suas respectivas situações financeira ou econômica, reputação, resultados operacionais e/ou sobre suas atividades que não tenham sido informados aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário e/ou que tornem quaisquer das declarações ou informações prestadas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, insuficientes, inverídicas, imprecisas, inconsistentes ou desatualizadas;
- (s) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (t) esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas do Fábio, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, I e III do Código de Processo Civil;
- (u) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são suficientes, verdadeiros, precisos, consistentes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- (v) cumpre as Leis Anticorrupção, sendo que inexistente violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, das Leis Anticorrupção, conforme aplicável, pela Emissora, pelos Fiadores, e por suas respectivas controladas e, no melhor conhecimento de Fábio,

funcionários, terceiros ou eventuais subcontratados, desde que agindo em nome ou benefício de Fábio; e

(w)tem conhecimento do funcionamento dos instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures.

12.4. A Emissora e os Fiadores, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 10 (dez) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente insuficientes, inverídicas, imprecisas, inconsistentes ou desatualizadas.

13. DESPESAS

13.1. Correrão por conta da Emissora e dos Garantidores todos os custos incorridos com a Emissão e a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e da Fiança, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Agente de Liquidação e demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos necessários relacionados às Debêntures e às Garantias.

14. COMUNICAÇÕES

14.1. Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (mensagem de confirmação de entrega ou de leitura). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

(i) Para a Emissora e/ou para os Fiadores:

FC GROUP HOLDING S.A.

Rua Bela Cintra, 986, 3º andar, sala 2, Consolação
São Paulo – SP, CEP 01415-906

At.: Arthur Lawrence Marques Xavier / Fabio Camara / Kleber Santos

E-mail: arthur.lawrence@fcamara.com.br / fabio.camara@fcamara.com.br /
kleber.santos@fcamara.com.br / juridico@fcamara.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102,
Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin
São Paulo – SP, CEP 04.578-910

At.: Sr. Antonio Amaro e Sra. Maria Carolina Abrantes Lodi de Oliveira

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: af.controles@oliveiratrust.com.br

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

15.2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

15.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

15.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

15.5. As Partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil.

15.6. Para os fins desta Escritura de Emissão, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos do artigo 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

15.7. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre aditamentos decorrentes: **(i)** da correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; **(ii)** das alterações a quaisquer Documentos da Emissão já expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) documento(s) da Emissão; **(iii)** das alterações a quaisquer Documentos da Emissão em razão de exigências formuladas pela CVM, pela B3, ou pela ANBIMA; ou **(iv)** da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

15.8. As Partes assinam a Escritura de Emissão por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. Esta Escritura de Emissão produz efeitos para todas as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura eletrônica

em data posterior. Ademais, ainda que alguma das partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

16. LEI DE REGÊNCIA

16.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

17. FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser. Nos termos do artigo 63 do Código de Processo Civil, a eleição do foro aqui prevista é justificada por ser o domicílio de ao menos uma das Partes à época da celebração desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam esta Escritura de Emissão, eletronicamente, dispensada a assinatura de testemunhas, nos termos do artigo 784, §4º do Código de Processo Civil.

São Paulo, 21 de agosto de 2025.

(As assinaturas seguem na página seguinte.)
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

(Página de Assinaturas do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da FC Group Holding S.A.”)

FC GROUP HOLDING S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

FCAMARA CONSULTORIA E FORMAÇÃO EM INFORMÁTICA LTDA.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

FC HYPERAUTOMATION CONSULTORIA LTDA.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

FC NEXTGEN CONSULTING LTDA.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(Página de Assinaturas do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da FC Group Holding S.A.”)

NAÇÃO DIGITAL SOLUTIONS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

SGA TECNOLOGIA INTELIGENTE S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

DOJO SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

DISTRITO TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

AVANTI DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS S.A. (em transformação de tipo societário)

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(Página de Assinaturas do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da FC Group Holding S.A.”)

DFENSE SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

FÁBIO MAGALHÃES CAMERA CASTRO

GISELE DA SILVA BARALDI

ANEXO I

CRONOGRAMAS DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Cronograma de Pagamento da Remuneração

Parcela	Data de Pagamento da Remuneração
1	21/09/2025
2	21/10/2025
3	21/11/2025
4	21/12/2025
5	21/01/2026
6	21/02/2026
7	21/03/2026
8	21/04/2026
9	21/05/2026
10	21/06/2026
11	21/07/2026
12	21/08/2026
13	21/09/2026
14	21/10/2026
15	21/11/2026
16	21/12/2026
17	21/01/2027
18	21/02/2027
19	21/03/2027
20	21/04/2027
21	21/05/2027
22	21/06/2027
23	21/07/2027
24	21/08/2027
25	21/09/2027
26	21/10/2027
27	21/11/2027
28	21/12/2027
29	21/01/2028
30	21/02/2028
31	21/03/2028
32	21/04/2028
33	21/05/2028

Parcela	Data de Pagamento da Remuneração
34	21/06/2028
35	21/07/2028
36	21/08/2028
37	21/09/2028
38	21/10/2028
39	21/11/2028
40	21/12/2028
41	21/01/2029
42	21/02/2029
43	21/03/2029
44	21/04/2029
45	21/05/2029
46	21/06/2029
47	21/07/2029
48	21/08/2029
49	21/09/2029
50	21/10/2029
51	21/11/2029
52	21/12/2029
53	21/01/2030
54	21/02/2030
55	21/03/2030
56	21/04/2030
57	21/05/2030
58	21/06/2030
59	21/07/2030
60	Data de Vencimento

Cronograma de Amortização

Parcela	Data de Amortização das Debêntures	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
1	21/09/2026	1,6667%
2	21/10/2026	1,6949%
3	21/11/2026	1,7241%
4	21/12/2026	1,7544%
5	21/01/2027	1,7857%
6	21/02/2027	1,8182%
7	21/03/2027	1,8519%
8	21/04/2027	1,8868%
9	21/05/2027	1,9231%
10	21/06/2027	1,9608%
11	21/07/2027	2,0000%
12	21/08/2027	2,0408%
13	21/09/2027	2,0833%
14	21/10/2027	2,1277%
15	21/11/2027	2,1739%
16	21/12/2027	2,2222%
17	21/01/2028	2,2727%
18	21/02/2028	2,3256%
19	21/03/2028	2,3810%
20	21/04/2028	2,4390%
21	21/05/2028	2,5000%
22	21/06/2028	2,5641%
23	21/07/2028	2,6316%
24	21/08/2028	2,7027%
25	21/09/2028	4,1667%
26	21/10/2028	4,3478%
27	21/11/2028	4,5455%
28	21/12/2028	4,7619%
29	21/01/2029	5,0000%
30	21/02/2029	5,2632%
31	21/03/2029	5,5556%
32	21/04/2029	5,8824%
33	21/05/2029	6,2500%
34	21/06/2029	6,6667%
35	21/07/2029	7,1429%
36	21/08/2029	7,6923%

Parcela	Data de Amortização das Debêntures	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
37	21/09/2029	8,3333%
38	21/10/2029	9,0909%
39	21/11/2029	10,0000%
40	21/12/2029	11,1111%
41	21/01/2030	12,5000%
42	21/02/2030	14,2857%
43	21/03/2030	16,6667%
44	21/04/2030	20,0000%
45	21/05/2030	25,0000%
46	21/06/2030	33,3333%
47	21/07/2030	50,0000%
48	Data de Vencimento	100,0000%

ANEXO II

Exemplo de Cálculo do Prêmio Mínimo e do Prêmio *Equity Kicker*

Ano	Unidade #	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Final do período		dez-24	dez-25	dez-26	dez-27	dez-28	dez-29	dez-30	dez-31
Kicker									
Ano do evento	#	2030							
Múltiplo EV/EBITDA mínimo	x	8,00x	8,00x	8,00x	8,00x	8,00x	8,00x	8,00x	8,00x
Múltiplo EV/EBITDA evento de liquidez	x	8,00x	8,00x	8,00x	8,00x	8,00x	8,00x	8,00x	8,00x
EBITDA	R\$ mm	37,80	46,21	80,10	94,89	113,00	131,38	152,05	174,44
Dívida Líquida	R\$ mm	105,03	98,38	157,20	176,74	146,27	100,85	36,22	(61,17)
Equity Kicker	%		0,80%	0,80%	0,80%	0,80%	0,80%	0,80%	0,80%
Enterprise Value	R\$ mm	302,36	369,68	640,78	759,15	904,02	1.051,01	1.216,37	1.395,49
Equity Value	R\$ mm	197,34	271,30	483,58	582,41	757,76	950,15	1.180,15	1.456,65
Resultado Equity Kicker ano a ano	R\$ mm		0,59	2,29	3,08	4,48	6,02	7,86	10,07
Remuneração Prêmio Mínimo	R\$ mm	1,00%	0,70	2,10	1,96	1,54	1,05	0,28	-
Remuneração adicional Equity Kicker	R\$ mm		-	-	-	-	-	0,24	-

Resultado anual total <i>Kicker</i>	R\$ mm	0,70	2,10	1,96	1,54	1,05	0,51	-
Resultado total <i>Kicker</i>	R\$ mm	7,86						

Dívida

Ano de Início	#	2025
Ano de Vencimento	#	2030

Flag Juros (meses)	#	4	12	12	12	12	8	-
CDI mercado	%	14,91%	14,19%	13,48%	13,37%	13,48%	13,54%	13,54%
Spread	%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Custo dos Juros	%	21,80%	21,04%	20,29%	20,17%	20,29%	20,35%	20,35%
Saldo Inicial	R\$ mm	210,00	210,00	196,00	154,00	105,00	42,00	-
Juros Incorridos	R\$ mm	14,27	44,19	39,77	31,07	21,30	5,52	-
Juros Pagos	R\$ mm	(14,27)	(44,19)	(39,77)	(31,07)	(21,30)	(5,52)	-
Desembolso	R\$ mm	210,00	-	-	-	-	-	-
Amortizações	R\$ mm	-	(14,00)	(42,00)	(49,00)	(63,00)	(42,00)	-
Saldo Final	R\$ mm	210,00	196,00	154,00	105,00	42,00	-	-
Curva de Amortização	%	-	6,67%	20,00%	23,33%	30,00%	20,00%	-
% Amortizada	%	-	6,67%	21,43%	31,82%	60,00%	100,00%	-

Para os fins desta Escritura, considerou-se:

- (1) EV (Enterprise Value) como o produto resultante do EBITDA *pro forma* da Emissora, multiplicado pelo (a) múltiplo EV/EBITDA implícito obtido em um Evento de Liquidez Kicker; ou (b) múltiplo mínimo de 8x o EBITDA-E, dos dois o maior;
- (2) Equity Value como o resultado da diferença entre o Enterprise Value e a Dívida Líquida da Emissora;
- (3) Resultado Equity Kicker ano a ano como a diferença entre (a) o Equity Value à época de um Evento de Liquidez Kicker, Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, ou do resgate decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Aquisição Facultativa; e (b) o Equity Value da Emissora em 2024, sendo tal resultado multiplicado por 0,80%;
- (4) A Remuneração Prêmio Mínimo será variável de acordo com o saldo devedor das Debêntures, sendo considerada *pro rata* anualmente, e multiplicada pelo saldo devedor da Dívida no momento de eventual Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, ou do resgate decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Aquisição Facultativa;
- (5) A Remuneração adicional *Equity Kicker* ocorrerá se o resultado do Prêmio Equity Kicker, subtraído do Prêmio Mínimo total, for maior do que 0; e
- (6) O cálculo previsto neste Anexo considerou parâmetros anuais, devendo ser ajustado casuisticamente conforme o momento de aplicação de cada prêmio.

Anexo III
Política de Remuneração e Bonificação

FCamara



**POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE
EXECUTIVOS**

GRUPO FCAMARA

2025

Confidencial

1. Objetivo e Aplicabilidade

A presente Política Consolidada de Remuneração de Executivos (“Política”) tem por finalidade estabelecer as diretrizes formais e integradas para a remuneração dos Executivos da FCamara, do FC Group Holding e de suas empresas investidas estratégicas (Distrito, Dfense, Nação Digital, SGA, Dojo, Beta-i e Avanti).

O documento consolida em um único texto as regras de remuneração, benefícios, bônus, metas, critérios de desempenho e remuneração variável via dividendos, com fundamento nos princípios da boa governança corporativa e perenidade dos negócios.

2. Finalidade Legal e Contratual

Esta Política atende aos requisitos legais e de governança aplicáveis à Companhia, servindo também como anexo integrante da Escritura de Emissão de Debêntures, conforme a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), regulamentações da CVM e demais normas pertinentes.

3. Público-Alvo

Esta Política se aplica, nos limites aqui estabelecidos, às seguintes categorias vinculadas à Companhia:

Sócios (Partners) com Função Executiva; Executivos C-Level (CEO, CFO, CTO, etc.); Vice-Presidentes (VPs); Diretores de Unidades de Negócio; Membros do Conselho de Administração, quando houver deliberação específica.
--

4. Estrutura de Remuneração

A remuneração total é composta por:

- (i) remuneração fixa;
- (ii) benefícios corporativos;
- (iii) bônus anual vinculado ao atingimento de metas;
- (iv) remuneração variável via dividendos (carve-out).

5. Remuneração Fixa

Remuneração mensal líquida definida com base em parâmetros de mercado, atribuições, grau de responsabilidade, complexidade organizacional e contribuição estratégica. Os valores referenciais consolidados são:

Cargo	Remuneração Líquida Mensal	Bonificação Potencial Total Anual
C-Level	Entre R\$ 75.000 e R\$ 85.000	Entre 14 - 16 Salários
Sênior Vice Presidente	Entre R\$60.000 e R\$ 75.000	14 Salários
Vice-Presidente de Negócios / Vice-Presidente de Engenharia	até R\$ 60.000	Entre 6-12 Salários
Diretor	até R\$ 40.000	Entre 6-12 Salários

6. Benefícios Corporativos

- Assistência médica e odontológica premium (Care Plus, OMINT ou equivalente);

- veículo corporativo ou auxílio mobilidade;
- participação em planos de incentivo de longo prazo.

7. Bônus Anual e Metas

As metas anuais são modificadas anualmente de acordo com o desafio estratégico da Organização para o ano vigente. A Companhia mantém o compromisso de sempre atrelar à remuneração de seus principais executivos indicadores que garantam índices de crescimento saudáveis, prezando pela rentabilidade e geração de caixa da Companhia não só no curto, mas também no médio e longo prazo.

Os cargos C-Level, Sênior VP e VPs cujo escopo de atuação tenha foco no resultado global da Holding terão suas metas atreladas ao resultado global da Holding. Para os VPs e SVPs que tenham responsabilidade sob uma unidade de negócio ou um somatório de unidades de negócio específicas, suas bonificações seguirão conforme abaixo.

Metas Comuns (6 salários)

As metas comuns serão compartilhadas entre todos os beneficiários, com adaptação de acordo com o escopo e frente de responsabilidade de cada um.

Os pesos no cálculo do bônus serão os seguintes:

INDICADOR	PESO TARGET (%)
Receita Total	35%
Lucro Bruto	35%
Margem de Contribuição	20%
NPS (Net Promoter Score)	10%

Metas Individuais (2 salários)

Cada beneficiário terá 2 (duas) metas individuais definidas em contrato definitivo.

O gatilho para início de pagamento será de 90% do atingimento, correspondendo a 50% do potencial de bônus.

Metas Aspiracionais (2 salários)

As metas aspiracionais serão atribuídas anual e individualmente, com foco em resultados estratégicos, tendo como base os critérios mínimos:

Quantidade	Critério de verificação
2 clientes como C-Level Trusted Advisor	receita > R\$ 1MM/mês cada
2 clientes migrados do BR para offshore	receita > R\$ 3MM/cliente/ano em 2025
10 propostas de cross-sell fechadas e entregues	oferta integrada
10 projetos/propostas de consultores alocados	fechadas e entregues;
2 clientes com mix consulting/tech 5:1	receita total > R\$ 5MM/ano

Overachievement de EBITDA: 1 (uma) Remuneração Fixa Adicional em caso de superação da meta estabelecida, mediante a superação em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) de EBITDA acima do budget do consolidado do Grupo (FC Group Holding).

8. Trigger de Bonificação

Aplicável ao consolidado do Grupo (incluindo Distrito, Beta-i, Dfense e Avanti):

CENÁRIO	CRESCIMENTO/ EBITDA	% DO BÔNUS POTENCIAL
Mínimo	20% / 14%	50%
Cheio	25% / 15% ou mais	100%
Intermediário	Entre os níveis	Proporcional linear

9. Remuneração via Dividendos

A Remuneração via Dividendos é baseada na diferença entre a remuneração total projetada (remuneração fixa + benefícios + bônus) e o pró-labore contábil (entre R\$ 420.000/ano por executivo e 480.000/ano por executivo).

O valor permitido a ser pago via dividendos respeitará de forma integral as regras e critérios estabelecidos nos documentos finais da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia.

REGRAS ESPECÍFICAS POR EMPRESA / INVESTIDA

Distrito

Pagamento não recorrente de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) líquidos em 2025 para cada sócio original (Araújo e Gierun), a título de prestação de serviços, condicionado ao atingimento de metas financeiras.

Pagamento via Nota Fiscal contra a Distrito, sem caráter de dividendos recorrentes.

Considerando que a investida não distribui lucro historicamente, acordou-se pela substituição de qualquer forma de pagamento de dividendos desproporcionais por este pagamento único via Nota Fiscal, de natureza não operacional e não recorrente e sem impacto no EBITDA

Dfense

Distribuição de 30% do EBITDA como dividendos fixos e prioritários de ações preferenciais aos sócios originais (Gabriel e Caio), desde que haja: (i) caixa suficiente para custos, impostos e despesas dos 12 meses subsequentes; (ii) preservação do capital de giro e dos investimentos do Plano de Negócios; (iii) respeito à preferência das ações preferenciais (Classe A); e (iv) ausência de estresse financeiro. Pagamentos semestrais, conforme Política de Dividendos da investida. Os requisitos para que essa distribuição ocorra estão descritos na Política de Dividendos da investida e incluem: (i) respeito à legislação aplicável; (ii) disponibilidade de caixa equivalente a, no mínimo, 3 meses de custos, impostos e despesas a serem incorridos pela Companhia; (iii) preservação do capital de giro e dos recursos para investimentos previstos no Plano de Negócios; (iv) proibição de distribuição em caso de estresse financeiro; e (v) prioridade no recebimento por parte dos detentores de ações preferenciais Classe A. A apuração se dará com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro, revisadas até 31 de março do exercício seguinte.

Nação Digital

C-Level: salário trimestral e bônus de 4 salários ao ano;

Remuneração variável via dividendos conforme lucros/caixa.

Dojo

C-Level: bônus de 4 salários ao ano;

remuneração variável via dividendos conforme lucros/caixa.

Beta-i, Avanti e demais investidas

Aplicam-se as diretrizes gerais desta Política para bônus e Remuneração Via Dividendos

Pagamento de bônus condicionado ao trigger consolidado.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E VIGÊNCIA**10. Condições de Participação**

Serão elegíveis às Remunerações e Bônus os executivos que atendam simultaneamente aos seguintes critérios:

- Estar em pleno exercício de função estratégica;
- Ter vínculo contratual ativo com a Companhia;
- Observar as diretrizes de conduta ética e governança corporativa;
- Ter contribuído diretamente para o desempenho consolidado do Grupo, a critério do Comitê de Remuneração ou da Assembleia Geral.

11. Regras para Executivos em Transição

Executivos em processo de desligamento (phase-out) ou sob garden leave poderão ter seus direitos suspensos ou limitados proporcionalmente ao tempo efetivo de atuação no exercício.

GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

O Comitê de Remuneração supervisionará a aplicação e revisão da Política, com apoio das áreas de Finanças, Compliance e Auditoria Independente.

Todos os dados e cálculos deverão ser documentados e arquivados por 5 anos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente Política poderá ser revisada anualmente ou diante de alterações societárias ou legais.

Modificações deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral ou órgão competente.

São Paulo (SP), 08 de agosto de 2025.

FC GROUP HOLDING S.A.